



ESCOLA MUNICIPAL MARIA RITA ALVES DE JESUS



PPP

Projeto Político Pedagógico 2025

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico

2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Carlos Raimundo Oliveira Cerqueira Neto

REVISÃO FINAL:

Ederlane Pereira Ferreira

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DIRETOR ESCOLAR

Gilvan Pereira Brito

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Eduardo Santos Silva (Coordenador de Projetos)

Jumara dos Santos Gomes Bonfim (Coordenadora Pedagógica do 6º ao 9º Ano)

Vilma Silva Sobral (Coordenadora Pedagógica da EJA)

PROFESSORA:

Flávia Santos Azevedo

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS:

Marilene Barbosa Alves

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES:

João Gabriel Silva Abano

Rafael Lucas Soares de Lima

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

HINO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. História Institucional

1.1.3. Sobre a Patrona

1.1.4. Estrutura Física

1.2. DIAGNÓSTICO ATUAL

1.2.1. Avaliação Institucional

1.2.2. Avaliação Interna

1.2.3. Avaliação Externa

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. O SER HUMANO, A SOCIEDADE E A CULTURA

2.2. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

3. ETAPA DE ENSINO E MODALIDADE DA EJA

3.1. ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS FINAIS

3.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.2.1. Ciclo Juvenil

3.2.2. Educação Especial na EJA

4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

4.2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

4.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.4. ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO

4.5. RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.6. TEMAS INTEGRADORES

4.7. PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO

4.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ACs)

4.8. PERFIL ESPERADO DO PROFESSOR

4.10. PERFIL ESPERADO DO ESTUDANTE DO 6º AO 9º ANO

4.11. PERFIL ESPERADO DO ESTUDANTE DA EJA

4.12. GESTÃO DEMOCRÁTICA

5. CURRÍCULO

6. EDUCAÇÃO INTEGRAL E O ENSINO EM TEMPO INTEGRAL



7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

- 7.1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITORIALIDADE
- 7.2. PEDAGOGIA DE PROJETOS
- 7.3. INTERDISCIPLINARIDADE
- 7.4. CONTEXTUALIZAÇÃO
- 7.5. A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO
- 7.6. A AÇÃO PEDAGÓGICA PARA ALÉM DA ESCOLA
- 7.7. RESPEITO À DIVERSIDADE
- 7.8. ALUNO PROTAGONISTA
- 7.9. INTERAÇÃO COM A FAMÍLIA E COMUNIDADE
- 7.10. TRANSIÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

8. POLÍTICAS E RELAÇÕES COM AS MODALIDADES DO ENSINO

- 8.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
 - 8.1.1. Educação Étnico-Racial
 - 8.1.2. Educação Antirracista
- 8.2. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
- 8.3. A POLÍTICA DE APOIO, ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
- 8.4. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO
- 8.5. A POLÍTICA DAS RELAÇÕES ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

9. FORMAÇÃO CONTINUADA EM ATIVIDADE

- 9.1. CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DA FORMAÇÃO CONTINUADA
- 9.2. PROFISSIONAIS DE APOIO DA ESCOLA: TODOS SÃO EDUCADORES
- 9.3. DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM ATIVIDADE

10. PROJETOS DE EXTENSÃO ESCOLAR

11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

- 11.1. A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP NA ESCOLA
- 11.2. O PPP E A REALIDADE DA ESCOLA
- 11.3. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PPP
- 11.4. INTERAÇÃO ENTRE O PPP E O REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS





HI NO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

*Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!*

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera partícula desse Brasil!

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra: Gessé Souza Silva e Prof. Rodrigues Silva

Melodia: Tenente Bernardo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus é um documento que norteia o funcionamento do processo de ensino e aprendizagem na instituição.

Mais do que um instrumento normativo, reflete a identidade da escola, suas concepções pedagógicas, ações e a função socioeducativa que exerce na comunidade em que está inserida, considerando toda a sua trajetória histórica, o contexto socioeconômico da região e as especificidades da comunidade rural em torno do Povoado de Areia, município de Anguera.

O documento reforça o compromisso da instituição com uma educação de qualidade, voltada à formação de indivíduos conscientes, críticos e atuantes na sociedade.

Reconhecendo a importância da participação coletiva, a (re)elaboração deste PPP foi realizada de maneira colaborativa, envolvendo gestores, professores, alunos, pais/responsáveis, servidores de apoio e membros da comunidade local. Por meio de textos escritos nas formas de questionários foram levantados anseios, opiniões e propostas que norteiam as ações e adequações necessárias para que esse documento seja fiel a realidade e as demandas da escola.

Esse processo seguiu etapas cuidadosamente planejadas, partindo da leitura criteriosa do documento vigente, na qual foram identificadas necessidades de aprimoramentos. Em seguida, foi estruturado um cronograma que já funciona na escola nos seguimentos Regular, na EJA incluindo o Ciclo Juvenil, na Educação em Tempo Integral, e na Educação Especial, onde a pretensão é intensificar as ações no decorrer dos próximos anos garantindo a integração das políticas públicas às demandas locais de uma escola de educação do campo.

Como Escola do Campo, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus tem o compromisso de promover uma educação que valorize as vivências rurais, explore as potencialidades do meio local e fortaleça a integração entre saberes populares e científicos.

Esta atualização do Projeto Político Pedagógico reflete a singularidade da instituição e visa consolidar práticas pedagógicas que atendam às especificidades e necessidades do contexto rural.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: ESCOLA MUNICIPAL MARIA RITA ALVES DE JESUS

ENDEREÇO: Loteamento Novo Paraíso, S/N, Povoado de Areia

CEP: 44673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: escolamariarita.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 99185-7359

CNPJ: 22.830.455/0001-77

CÓDIGO INEP DA ESCOLA: 29463475

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE CRIAÇÃO: Decreto nº 03, de 03 de fevereiro de 2015

ATOS DE AUTORIZAÇÃO: Resolução CME Nº 05, de 12 de dezembro de 2024, autorizando o funcionamento do 1º Segmento da EJA; autorização dos demais cursos em tramitação no CME;

ETAPAS DE ENSINO: Anos Finais do Ensino Fundamental

MODALIDADES DE ENSINO: Educação Regular; Educação do Campo; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 1º e 2º Segmentos.

QUANTIDADE DE ESTUDANTES / ANO LETIVO: 2025

SÉRIE	QUANTIDADE DE ALUNOS
6º ANO	33
7º ANO	22
8º ANO	39
9º ANO	16
ESTÁGIO I (EJA)	06
ESTÁGIO II (EJA)	13
ESTÁGIO III (EJA)	21
ESTÁGIO IV (EJA)	03
ESTÁGIO V (EJA)	12
ESTÁGIO VI (EJA)	36
ESTÁGIO VII (EJA)	17
CICLO JUVENIL (EJA)	21
TOTAL	239

QUADRO DE PROFISSIONAIS / FUNÇÃO / FORMAÇÃO

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Gilvan Pereira Brito	Diretor	Especialista
Jumara Dos Santos Gomes Bonfim	Coord. Adm / Pedagógica	Especialista
Vilma Silva Sobral	Coordenadora (EJA)	Licenciada
Eduardo Santos Silva	Coord. de Projetos	Mestre
Antônio Carlos Marques Guerra Junior	Professor	Especialista
Astíl Nascimento Araújo de Azevedo	Professora	Licenciada
Carmem Rita da S. Miranda Brasileiro	Professora	Licenciada
Cristiane Moreira da Silva Pinto	Professora	Licenciada
Drucila Cavalcante da Silva Moura	Professora	Especialista
Flávia Santos Azevedo	Professora	Licenciada
José Luis Andrade Vieira	Professor	Mestre
José Raimundo Silva Vasconcelos	Professor	Licenciado
Lenís Almeida da Silva Perez	Professor	Mestre
Cristiane Pereira Alves De Souza	Professora	Licenciada
Leane da Purificação Moura	Professora	Licenciada
Priscila de Souza Silva	Professora	Licenciado
Railma da Silva Anunciação	Professora	Mestre
Jean Carlos Cerqueira Pereira	Professor	Especialista
Teresa Caroline Costa Vieira	Professora	Licenciada
Ivoneide Pinto Barbosa Santos	Professora	Licenciada
Indiara Alves De Jesus	Professora	Licenciada
Lêda Maria De Jesus Costa	Professora	Licenciada
Márcia De Jesus Menez	Professora	Licenciada
Leandro Nascimento De Jesus	Professor	Licenciada

Indhira Borges Da Silva	Professor	Licenciada
Gustavo Ferreira Araujo	Professor	Licenciado
Gézica Nunes Dos Santos	Professora	Licenciada
Leenon de Jesus Dias	Professor	Licenciado
Cléria de Jesus Marques	Professora	Licenciada
Antônio Roque Neves	Professor	Licenciado
Jordania da Silva De Jesus	Ag. da Sala de Leitura	Mestre
Laiana Soares Adorno	Ag. da Sala de Leitura	Licenciada
Daniel Borges Pereira	Aux. Administrativo	Ensino Médio Completo
Jadson Mascarenhas De Oliveira	Digitador	Ensino Médio Completo
Maise Santiago da Silva	Agente Tecnológico	Licenciatura Incompleta
Kauan Soares Lima	Agente/TI	Ensino Médio Completo
Roberta Jamile Oliveira Silva Bento	Aux. Administrativo	Ensino Médio Completo
Jucilene Ferreira	Aux. Administrativo	Ensino Fundamental Inc.
Joana Angelica Carneiro Costa	Auxiliar de Secretária	Licenciada
Antônio Conceição Pires	Jardineiro	Ensino Fundamental Inc.
Manoel dos Santos Remédios Cruz	Agente de Portaria	Ensino Fundamental Inc.
Renato Lopes Rodrigues	Agente de Portaria	Ensino Fundamental Inc.
Denaildes Bonfim Abreu	Merendeira	Ensino Médio Completo
Géssica Ferreira Bonfim	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Andressa Rodrigues Barbosa	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Luciene Gonçalves Ferreira	Merendeira	Ensino Médio Completo
Vonildes dos Santos Neri	Merendeira	Ensino Fundamental Inc.
Tatiane Soares da Silva	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Inc.
Patrícia Ferreira Correia	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental
Ednalva Costa dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Inc.
Glória Ferreira Araújo	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Inc.
Mirailda Venas de Santana	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental
Maria Rita Ferreira da Cruz	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Inc.
Marilene Barbosa Alves	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Inc.
Mônica da Silva Cardoso	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Inc.
Rogério Boaventura Santos	Jardineiro	Ensino Fundamental Inc.
Josenil Reis de Jesus	Vigilante	Ensino Fundamental Inc.
Luana Rodrigues Ferreira	Auxiliar de Ensino	Ensino Fundamental
Marizete Pinheiro Cruz	Auxiliar de Ensino	Ensino Fundamental
Camila Santos Boa Ventura	Auxiliar de Ensino	Ensino Fundamental
Fernanda De Jesus Dos Santos	Auxiliar de Ensino	Ensino Fundamental
Fernanda Santos Brito	Psicopedagoga	Especialista
Heloise Nayara Coêlho	Psicóloga	Licenciada

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

Uma das funções essenciais da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus é orientar e formar cidadãos aptos a participar de maneira consciente e atuante na sociedade. Nesse sentido, é imprescindível que os estudantes vivenciem experiências concretas na escola que os preparem para essa atuação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, em seu Art. 3º, assegura que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.

Com base nesse princípio, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus define sua função social como:

- Formar cidadãos aptos a atuar de forma ética e responsável na sociedade, seja no mercado de trabalho ou nas relações interpessoais.
- Instruir os estudantes para a vida, com ênfase em questões relacionadas à prevenção da criminalidade, promoção da saúde, cuidados sociais e pessoais, desenvolvendo sua autonomia enquanto sujeitos conscientes de seus direitos e deveres.
- Garantir o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Assim, o papel da escola vai além do ensino de conteúdos formais. nosso compromisso inclui formar indivíduos conscientes de si mesmos e de seus papéis na sociedade e no âmbito familiar, promovendo reflexões sobre a saúde, a convivência social e os cuidados pessoais.

Nossa missão como instituição escolar é oferecer uma educação de qualidade, focada na formação de cidadãos éticos, críticos e reflexivos, com autonomia intelectual e capacidade para lidar com os desafios da sociedade. Além disso, buscamos garantir que os estudantes da zona rural tenham acesso a oportunidades educacionais equivalentes às oferecidas aos estudantes da área urbana.

Quanto à visão, acreditamos em uma escola onde a comunidade escolar colabora para formar indivíduos críticos, capazes de criar cultura e conhecimento, enquanto reconhecem a riqueza de sua vivência no campo. Nossa meta é ser uma

referência em Educação do Campo, destacando-se pela ética, responsabilidade e contribuição significativa para o desenvolvimento local e estadual.

Por sua vez, os valores construídos pela Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus vão além dos muros da escola e são fundamentais para a formação integral dos estudantes, norteando suas ações ao longo da vida:

- Ética e moral: promovem reflexões sobre as ações humanas, orientando os estudantes a discernirem entre certo e errado;
- Respeito: base para a convivência harmoniosa dentro e fora do ambiente escolar;
- Empatia: capacidade de compreender e conectar-se ao outro, fortalecendo as relações interpessoais;
- Responsabilidade e comprometimento: estímulo à autonomia e à tomada de decisões conscientes;
- Solidariedade: incentivo à colaboração e ao bem comum, fortalecendo os laços de comunidade.

Ao pautar nossas práticas nesses princípios, reafirmamos nosso compromisso com a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios contemporâneos e para valorizar suas raízes e identidade rural.

1.1.2. História Institucional

A Escola Maria Rita Alves de Jesus foi criada através do Decreto Municipal nº 03, de 03 de fevereiro de 2015. Sua inauguração ocorreu no dia 08 de março de 2015, um domingo, com uma solenidade e em seguida uma festa popular na comunidade.

O prédio foi construído pelo Prefeito Mauro Selmo Oliveira Vieira, tendo como Vice-Prefeito Balbino Pamponet Filho, e Secretário de Educação, o Professor Antonio Marcio Silva Vasconcelos.

O primeiro dia de aula foi logo na segunda-feira, 09 de março de 2015, dia seguinte à inauguração.

A escola está localizada no Povoado de Areia, zona rural do município de Anguera, às margens da rodovia BA-052, conhecida como Estrada do Feijão.

Atende a uma clientela do próprio povoado, bem como de mais duas grandes regiões localizadas nas proximidades, e divisas com Feira de Santana.

- **Região de Caraíbas**, que engloba as localidades de Tanque, Junco, Bela Vista, Boa Vista, Paraíso e Caraíbas;
- **Região do Contorno de Bonfim de Feira**, composta por Batalha, Brejo I, Brejo II, Carro Quebrado, Boa Esperança, Jenipapo, Cangolê, Canddealinho, Malhada Nova, Cancela Preta, Tapera I e II e Umbuzeiro;
- **Divisas com Feira de Santana:** alunos oriundos das localidades de Galhardo, Fazenda Capim, Formosa e Estrada de Jaguará, que espontaneamente solicitam matrícula.

A maioria dos estudantes vem de famílias cuja subsistência está alicerçada na agricultura familiar. Pequenos pontos comerciais nestes locais desempenham um papel importante no cotidiano dessas comunidades, servindo como pontos de venda de itens básicos e, em muitos casos, como espaços de convivência e lazer para a comunidade.

A escola mantém um relacionamento estreito com a comunidade, sempre atenta às necessidades da população. Essa interação é fortalecida pela atuação do Conselho Escolar, que conta com a participação de membros da comunidade, assegurando o diálogo constante e a gestão democrática.

Enquanto unidade da modalidade de Educação do Campo, a Escola Maria Rita Alves de Jesus tem como objetivo oferecer uma educação escolar associada ao desenvolvimento da vida, do conhecimento e da cultura rural, promovendo ações coletivas com a comunidade escolar para qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

A construção da escola foi viabilizada por meio do Plano de Ação Articulado (PAR), dentro do programa Compromisso Todos pela Educação, firmado entre o município de Anguera e o Ministério da Educação. A Secretaria Municipal de Educação comprovou junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a necessidade de uma escola no povoado de Areia para atender às séries finais do Ensino Fundamental, com a proposta da Educação do Campo. Após análise, o Termo de Compromisso PAR nº 7486/2013 foi aprovado, destinando R\$ 842.631,54 para a construção da escola. A empresa construtora foi Serra Preta Engenharia LTDA, vencedora do processo licitatório.

A construção do prédio teve início no segundo semestre de 2013 e seguiu avançando até novembro de 2014, sob a fiscalização do engenheiro civil Ricardo Leite Santos (CREA-BA 20.450), contratado pela Prefeitura Municipal. O terreno da escola havia sido adquirido no ano de 2010 pela Prefeitura Municipal, junto à Senhora Maria da Conceição Souza Carneiro, constando localização no loteamento Novo Paraíso, zona rural do município.

1.1.3. Sobre a Patrona

A patrona da escola, Maria Rita Alves de Jesus, conforme depoimento de moradores mais idosos, foi a primeira professora do Povoado de Areia. Nasceu em 28 de setembro de 1947, na Fazenda Santa Rita, município de Feira de Santana. Ao longo de sua vida, enfrentou dificuldades, mas destacou-se como uma professora dedicada e também na liderança comunitária no Povoado de Areia.

A homenagem a Maria Rita Alves de Jesus foi proposta do Prefeito Mauro Selmo Oliveira Vieira. No dia 22 de janeiro de 2015 o nome foi colocado à apreciação da comunidade, numa reunião específica para essa finalidade, tendo sido aprovado pelos presentes.

Maria Rita Alves de Jesus nasceu no dia 28 de setembro de 1947, na Fazenda Santa Rita, distrito de Jaguara, município de Feira de Santana, sendo filha do senhor Galdino Camilo Alves e da senhora Clara Araújo Barbosa.

Aos 10 anos de idade, Maria Rita mudou-se para a Fazenda Pedra D'água, também situada no Distrito de Jaguara, morando nesta localidade por um período aproximado de três anos. Depois, mudou-se para a Fazenda Boa Esperança, situada no município de Anguera. Em 1963 passou a residir definitivamente na Fazenda Areia, município de Anguera, que depois passou a ser Povoado de Areia.

As constantes mudanças de locais foram por conta de que o seu pai, Galdino Camilo Alves, que era comerciante e alugava pequenas propriedades para expandir seu trabalho. Na localidade de Areia, o senhor Galdino Camilo Alves adquiriu uma propriedade fixa para residir com sua família. Anos depois, inclusive, fez a doação de uma área de terra, espontaneamente, onde a Prefeitura Municipal construiu uma escola, denominada Prédio Escolar Orlando Carneiro, no ano de 1984.

Em Areia, Maria Rita fez grandes amizades, passando a ser bastante conhecida na comunidade. Através de suas amigas identificadas como Zelita e Nita, ela conheceu Antonio de Jesus, passando a namorar, tendo se casado no dia 18 de junho de 1967. O casal teve 09 filhos. Devido a um surto de sarampo, 02 faleceram. 07 permaneceram vivos e são pessoas conhecidas e queridas no Povoado de Areia.

Na convivência familiar, Maria Rita viveu dificuldades: seu esposo Antonio de Jesus adoeceu e ela passou a trabalhar para sustentar a família.

No governo do Prefeito Wood Mendes Vieira, entre os anos de 1976 e 1982, Maria Rita começou a trabalhar como Professora do município. Mas não abandonou o trabalho na lavoura, passando a exercer as duas atividades. Na lavoura, contava com a ajuda dos filhos. Para garantir a sobrevivência, Maria Rita também era costureira, tarefa que desenvolvia geralmente às noites. Na comunidade, atuava solidariamente aplicando injeção, ação da área de saúde que aprendeu leigamente, sendo às vezes recompensada pelas famílias.

Como professora, Maria Rita exercia sua prática docente numa pequena casa de taipa com apenas um compartimento. Era uma escola improvisada. Destaca-se como uma professora dedicada, comprometida, amada e respeitada pela comunidade.

No decorrer dos anos, o número de alunos aumentou e o espaço se tornou insuficiente. Observando a dedicação da filha como professora, o senhor Galdino Camilo Alves resolveu doar uma área de terra à Prefeitura Municipal para a construção de um prédio escolar. O prédio foi construído e denominado Escola Orlando Carneiro, tendo sido fundada no dia 26 de novembro de 1984, no governo do Prefeito Armando Sofia Brandão. O senhor Galdino Camilo Alves faleceu no ano de 1996.

No ano de 2005, a senhora Maria Rita foi internada no Hospital Santa Isabel, em Salvador, para um exame de cateterismo. A partir de então sua vida passou a ser marcada com comprometimentos da sua saúde. Houve diagnóstico de que era hipertensa e diabética. Faleceu no dia 11 de fevereiro de 2013, vítima de um infarto fulminante. Deixou muitas tristezas e grandes saudades para a família e para a comunidade de Areia, onde, em vida, destacou-se pela solidariedade, amizade e liderança na comunidade.

1.1.4. Estrutura Física

A escola possui quatro (04) salas de aula, uma (01) sala de leitura, um (01) laboratório de informática. Para reforçar as ações pedagógicas conta também com uma sala de rádio-escola e uma horta escolar estruturada, em sua área não construída.

Conta ainda com sala dos professores, secretaria, diretoria, depósito e sanitários separados para estudantes e funcionários.

A área livre, em forma de pentágono, conta com um palco central onde são realizadas apresentações diversas, rodeado por amplos espaços de concentração e circulação.

O paisagismo da escola é bastante atrativo, despertando atenção, sendo composto por áreas verdes, árvores e plantas que oferecem sombras.

A horta escolar serve como espaço pedagógico e também fornece alimentos para reforçar a alimentação servida aos estudantes.

Na área não construída, possui também um campo de futebol de areia, utilizado para recreação e aulas de Educação Física.

Atualmente, estão em construção duas novas salas de aula, uma sala de coordenação pedagógica, uma sala de recursos multifuncionais e uma sala para ações multiprofissionais.

A escola possui, em anexo, uma quadra poliesportiva coberta, denominada Cláudio Barbosa Alves, localizada na praça em frente à escola. É amplamente utilizada tanto pelos estudantes quanto pela comunidade, para eventos e práticas esportivas.

1.2. DIAGNÓSTICO ATUAL

1.2.1. Avaliação Institucional

A avaliação institucional é uma ferramenta essencial para análise e reflexão das práticas pedagógicas e administrativas vivenciadas na escola. Por meio dela, é possível identificar fragilidades e implementar estratégias que aperfeiçoem a qualidade do ensino ofertado.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende que a avaliação institucional deve ser conduzida de forma democrática, envolvendo toda a comunidade escolar — estudantes, familiares, professores e servidores. Esses sujeitos, que vivenciam o cotidiano da escola, desempenham um papel crucial ao expor opiniões e sugestões, contribuindo efetivamente para a construção de soluções que melhorem a instituição.

É fundamental que a comunidade escolar enxergue a avaliação institucional como um meio legítimo para identificar problemas e promover melhorias, participando ativamente de todo o processo.

Uma das metodologias de aplicação da avaliação institucional compreende a aplicação de questionários direcionados para os diversos segmentos da comunidade escolar, objetivando identificar pontos que requer maior atenção, acompanhamento e investimento por parte da gestão.

1.2.2. Avaliação Interna

A avaliação interna vem sendo discutida no plano de ação da escola, com previsão para ocorrer por meio de reuniões trimestrais com a participação de toda a comunidade escolar.

Durante essas reuniões, as práticas realizadas pela gestão e pelos profissionais da escola serão analisadas, e as ações necessárias para melhorias serão identificadas e implementadas.

A avaliação interna dar-se-á:

- a) com a aplicação da metodologia proposta nos Indicadores de Qualidade da Educação; ou
- b) autoreflexão sobre a aplicação do plano de gestão proposto pela escola, contemplando as quatro dimensões das competências gestoras;
- c) efetuando o levantamento de dados estatísticos internos, estudando-os fatores, causas e consequências de situações identificadas, cuja realidade pode ser transformada com o planejamento e execução de ações estratégicas.

Em nível da Rede Municipal, também pode ser vista e classificada como Avaliação Interna, a aplicação da Prova do SIGA – Sistema de Gestão da Aprendizagem, organizada pela Secretaria Municipal de Educação objetivando

acompanhar os níveis de aprendizagens dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Durante o ano letivo são aplicadas geralmente três edições nas séries definidas como prioritárias. A avaliação contempla os componentes de Língua Portuguesa e de Matemática.

1.2.3. Avaliação Externa

A avaliação externa é conduzida por órgãos externos. Nesse âmbito, destacam-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que mede os níveis de aprendizagem e subsidia políticas públicas educacionais com base em parâmetros de qualidade e equidade, sendo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e o Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE).

O SAEB determina o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A seguir estão apresentados alguns dados da escola ao longo dos anos.

SAEB / Ano: 2015

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA		APRENDIZADO	APROVAÇÃO
		PROFICIÊNCIA	NÍVEL	PROFICIÊNCIA	NÍVEL		
9º ANO	2,8	223,99	1	235,97	2	4,33	65,0%

SAEB / Ano: 2017

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA		APRENDIZADO	APROVAÇÃO
		PROFICIÊNCIA	NÍVEL	PROFICIÊNCIA	NÍVEL		
9º ANO	3,2	228,6	2	215,75	1	4,07	79,6%

SAEB / Ano: 2019

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA		APRENDIZADO	APROVAÇÃO
		PROFICIÊNCIA	NÍVEL	PROFICIÊNCIA	NÍVEL		
9º ANO	3,1	211,56	1	223,73	1	3,92	80,6%

SAEB / Ano: 2021

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA		APRENDIZADO	APROVAÇÃO
		PROFICIÊNCIA	NÍVEL	PROFICIÊNCIA	NÍVEL		
9º ANO	4,8	239,03	2	246,15	2	4,75	100%

SAEB / Ano: 2023

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA		APRENDIZADO	APROVAÇÃO
		PROFICIÊNCIA	NÍVEL	PROFICIÊNCIA	NÍVEL		
9º ANO	4,9	243,52	2	252,71	3	4,94	100%

Quanto ao SABE, apresentamos a seguir os resultados referentes à aplicação no ano de 2024, com participação dos estudantes do 9º Ano:

LÍNGUA PORTUGUESA							
PREVISTOS	AVALIADOS	AVALIADOS %	PROFICIÊNCIA	ABAIXO DO BÁSICO %	BÁSICO %	ADEQUADO %	AVANÇADO %
26	26	100,00	245,45	13,73	47,30	23,33	15,40

MATEMÁTICA							
PREVISTOS	AVALIADOS	AVALIADOS %	PROFICIÊNCIA	ABAIXO DO BÁSICO %	BÁSICO %	ADEQUADO %	AVANÇADO %
26	26	100,00	232,32	43,40	56,60	0,00	0,00

PROFICIÊNCIA POR SEXO			
LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
263,27	231,09	248,40	220,18

PROFICIÊNCIA POR COR/RAÇA									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0,00	274,47	0,00	258,09	224,67	191,52	228,19	0,00	242,61	212,35

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. O SER HUMANO, A SOCIEDADE E A CULTURA

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende o **ser humano** como um sujeito livre para fazer escolhas, construir seu próprio caminho e expressar-se de maneira plena, sendo protagonista da sua história. É visto como um ser transformador da sociedade, em constante evolução, com capacidade de conhecer e compreender a realidade ao seu redor.

Por sua vez, a escola reconhece seu papel na formação de cidadãos críticos e autônomos, comprometidos com a construção de uma **sociedade** mais democrática e inclusiva. Valoriza a cultura como o processo relacional entre

indivíduos e grupos por se tratar de uma escola do/no campo sempre busca ampliar conceitos e vivenciar realidades.

Valorizando a **cultura**, a escola promove projetos que integram os saberes populares e científicos, como o Projeto Horta na Escola e o Projeto Raízes de Nossa Terra, exemplos que caracterizam e valorizam a cultura local, trabalhando a identidade e a memória do homem do campo dividindo-se por turmas e componentes curriculares a cada ano.

Nas ações desenvolvidas, os professores estabelecem relações interdisciplinares, integrando aspectos geográficos, históricos, culturais e linguísticos do meio rural. Além disso, a escola organiza eventos e ações como festas juninas, que promovem a valorização da identidade dos alunos e suas vivências culturais, respeitando a diversidade e fortalecendo os laços entre a escola e a comunidade.

Reconhecendo a realidade rural e estando inserida nela, a Escola Maria Rita Alves de Jesus faculta, para estudantes adultos, cumprir um calendário letivo flexível que contemple períodos específicos e adaptados às necessidades e particularidades da comunidade local como o tempo de colheitas, permitindo que os alunos conciliem suas atividades escolares e familiares.

2.2. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende a ciência como o conhecimento baseado em saberes científicos e constantes transformações no processo de ensino e aprendizagem.

A escola promove a conexão entre saberes populares e científicos por meio de relatos de vivências dos alunos e debates em sala de aula. Professores fazem conexões entre os conhecimentos locais e explicações científicas, enriquecendo a compreensão dos objetos do conhecimento.

Por sua vez, a escola reconhece a importância das tecnologias como ferramentas essenciais no processo de ensino e aprendizagem, em consonância com a BNCC, destacando a competência de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética.

Em consonância com o complemento BNCC Computação, da Rede Municipal de Ensino de Anguera, a escola trabalha os três eixos temáticos pontuados nesse documento, que são: **Pensamento Computacional**, eixo que envolve a capacidade

de resolver problemas complexos através da decomposição em partes menores, identificação de padrões e abstração; **Mundo Digital**, eixo que aborda o funcionamento técnico da internet à compreensão e utilização de tecnologias digitais de forma consciente e crítica; **Cultura Digital**: eixo que está relacionado ao entendimento dos impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na sociedade.

A escola possui uma sala de informática propícia para ser utilizada de forma integrada em todos os componentes curriculares, onde os docentes devem utilizar recursos tecnológicos selecionados para dinamizar as aulas e fomentar o protagonismo dos alunos. O espaço é disponível para utilização em pesquisas, aulas, exibição de vídeos educativos, entre outras atividades interativas.

A escola acredita que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) são fundamentais para tornar o ensino mais significativo e centrado no aluno.

3. ETAPA DE ENSINO E MODALIDADE DA EJA

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus oferta o Ensino Fundamental nos anos finais e a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, no 1º e 2º segmentos. Este capítulo discorre sobre os cursos específicos.

3.1. ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS FINAIS

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus oferece os anos finais do Ensino Fundamental, em turmas de tempo integral e também parcial. A organização desse funcionamento se dá a cada ano letivo, considerando a continuidade dos estudos das turmas e fatores como a estrutura física, que é determinante.

O combate à evasão escolar é um desafio nessa etapa de ensino, visto que os estudantes, sendo adolescentes, começam buscar opções de vida onde às vezes pensam em passar a residir em centros urbanos, ou mesmo começam desempenhar funções no meio rural. Nesse contexto, a Busca Ativa Escolar se torna uma ação muito estratégica. Emerge também a importância da escola se manter prazerosa ao aluno, trabalhar suas realidades de vida, aplicar a proposta adequada ao campo e promover incentivos.

A construção desta escola no Povoado de Areia teve como objetivo superar o desafio de contribuir com a permanência dos jovens no campo, com a garantia do acesso e da permanência na vida escolar.

Em termos do ensino e da aprendizagem, os anos finais do Ensino Fundamental pode ser visto em dois ciclos:

Ciclo Intermediário: os estudantes corrigem possíveis defasagens básicas, e avançam no desenvolvimento. Trata-se do 6º e do 7º ano;

Ciclo de Consolidação: os estudantes precisam consolidar as habilidades relacionadas aos componentes curriculares, para fins de ingressar no Ensino Médio com uma sólida base de conhecimento. Compreende o 8º e o 9º ano.

O planejamento pedagógico da escola volta-se às competências e habilidades do ensino, bem como na formação ampla e integral do sujeito, sem perder de vista os princípios da educação do/no campo.

A escola proporciona interação dos estudantes com o meio, através de aulas de campo, pesquisas e atividades de extensão junto à comunidade local. Estas ações necessitam ser aprimoradas nos anos seguintes.

3.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A oferta da EJA na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus tem como principal objetivo, promover a inclusão social e o acesso à educação de qualidade para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir o Ensino Fundamental em idade regular.

Os princípios que norteiam a prática pedagógica da EJA incluem:

- **Respeito à Trajetória de Vida:** Reconhecimento das experiências e saberes prévios dos estudantes como ponto de partida para o processo de aprendizagem.
- **Flexibilidade Curricular:** Adequação dos conteúdos e práticas pedagógicas às necessidades e realidade sociocultural dos educandos.
- **Interdisciplinaridade:** Integração de áreas do conhecimento para tornar o aprendizado mais significativo e contextualizado.
- **Práticas Não Presenciais:** O desenvolvimento de práticas pedagógicas não presenciais, para o 1º Segmento da EJA, condicionada à realidade de vida dos estudantes e em consonância com as diretrizes em vigor. As práticas não presenciais ocorrem paralelamente às práticas presenciais, de forma a complementar ou suplementar a jornada escolar.

- **Pedagogia da Alternância:** Forma de oferta da EJA no 2º Segmento, através de uma grade curricular que contempla o tempo escola e o tempo comunidade.

A EJA enfrenta desafios relacionados à evasão escolar, às dificuldades de aprendizagem e à conciliação entre estudo e trabalho. Para superar esses obstáculos, a Escola Maria Rita Alves de Jesus propõe:

- **Oferta de Horários Flexíveis:** Adequação às necessidades dos estudantes trabalhadores.
- **Uso de Tecnologias Educacionais:** Ampliação do acesso à informação por meio de aulas híbridas e mediadas por tecnologia.
- **Ações Interventivas:** Realização de palestras e oficinas que abordem temas como cidadania, mercado de trabalho e direitos humanos.
- **Planejamento das aulas dos professores da EJA na escola:** Um ponto fundamental e norteador de todo o trabalho docente é o planejamento das atividades. Assim sendo, o professor busca planejar suas ações observando o objeto de conhecimento que é o conteúdo contextualizado, levando em consideração o organizador curricular da educação de jovens e adultos. Dessa forma as aulas são pensadas de maneira que leve em consideração as experiências e a realidade de vida dos alunos, apresentando exemplos do cotidiano e situações que sejam relevantes para o contexto destes estudantes e desperte uma sensação de pertencimento tornando o aprendizado mais significativo;
- **O acompanhamento da aprendizagem da EJA na escola:** O sucesso escolar do aluno depende principalmente de um trabalho focado em suas reais necessidades e para isso é fundamental que o profissional envolvido conheça as dificuldades e carências do seu público alvo fazendo um diagnóstico preciso e dessa forma personalizar suas ações para sanar os problemas identificados. Na Educação de Jovens e Adultos, acontece de forma que se

possa diagnosticar o que o aluno já possui consolidado, possibilitando ao professor desenvolver um trabalho voltado para as reais necessidades dos estudantes, garantindo que o que vai ser trabalhado fará sentido para esse aluno.

Com essas estratégias, a Escola Maria Rita Alves de Jesus reforça seu compromisso com uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus estudantes inovando sempre para uma educação promissora.

Para isso, busca-se o desenvolvimento de um planejamento flexível permitindo adaptações para os diferentes ritmos de aprendizagem, fazendo-se o uso de recursos didáticos lúdicos como materiais concretos, confecções de jogos e uso de materiais recicláveis; tudo isso considerando-se que os alunos possuem realidades de vida diferentes, trabalham, tem seus compromissos familiares, faixa etárias variadas e também especialidades. Além disso, outro ponto importante é o momento inicial das aulas, com uma recepção calorosa para criar um ambiente acolhedor e propício ao aprendizado organizando esse espaço de forma convidativo com mensagens envolventes.

Praticamente no planejamento das aulas da EJA sempre se busca utilizar métodos que incentivam a participação ativa de todos os estudantes, como discussões, trabalhos em grupos e atividades práticas; o que promove interação e faz com que esses alunos se tornem protagonistas do seu próprio aprendizado.

O acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem ocorre durante todo o percurso letivo, o que necessita de uma avaliação processual, formativa e contínua ou seja, acontece de forma em que a equipe pedagógica acompanha o desenvolvimento desse aluno observando os aspectos sociais e emocionais, o desempenho na leitura na escrita, nos cálculos matemáticos nos conhecimentos sobre a sociedade e meio ambiente; tudo isso levando em consideração os avanços em cada etapa letiva.

Alguns projetos pedagógicos pensados pela Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, realizados neste ano letivo de 2025, e outros projetados para o futuro, visando fortalecimento da EJA:

O Nordeste e Seus Encantos: Projeto de Leitura do ano letivo de 2025, tem do como objetivo geral promover o reconhecimento, valorização e compreensão da diversidade cultural, histórica e geográfica do Nordeste do Brasil.

Causos, Histórias e Contos: momentos de contação de história, fatos e casos do conhecimento e da cultura popular;

Produção de Temperos Nordestinos com varal de leitura: Essa atividade envolveu alguns temas como: o cultivo sustentável, biodiversidade e consumo consciente.

Construção de Maquete sobre as Riquezas de Anguera: Atividade realizada nesse projeto de leitura foi a construção de maquetes sobre riquezas de Anguera.

Palestra e caminhada setembro amarelo: Aconteceu palestra sobre Saúde Mental e prevenção do suicídio, abordando os sinais de alertas e maneiras de oferecer apoio emocional.

Plantio de Ervas Medicinais na Horta Escolar: Compreender as propriedades e os benefícios das ervas medicinais, aplicar conceitos geométricos no planejamento e na execução do plantio; e desenvolver habilidades práticas; como fomentar o trabalho em equipe e a responsabilidade ambiental.

Jogral sobre as Regiões do Nordeste: O objetivo é valorizar a cultura Nordestina; mostrar a riqueza cultural literária e histórica da região; desenvolver habilidades de leitura e interpretação; proporcionando aos alunos uma prática de leitura em grupo, estimulando a influência e a expressividade;

Produção sobre Artistas Nordestinos: Foram desenvolvidas produções artísticas de artistas nordestinos promovendo o conhecimento sobre a cultura e as manifestações artísticas da região; estimulando a criatividade e a expressão artística dos alunos.

Palestra sobre saúde Pública e o SUS: Com intuito de manter a comunidade escolar ligada a comunidade realizamos a palestra em parceria com a UBS para orientação e cuidados pessoais.

Produção de Composteira e transferência de mudas: Para a produção da composteira foi utilizado materiais recicláveis como garrafas pet, tampinhas com

furos e tecido. Essa atividade promove a conscientização sobre a importância da reciclagem.

Terrário – “Vida Verde” em Miniatura: O objetivo dessa atividade é ensinar de forma prática sobre ecossistemas, sustentabilidades e cuidados com o meio ambiente; promovendo a conexão com a natureza por meio da criação de um terrário. A proposta inicial é ser trabalhada a semana do meio ambiente.

Roda de conversa – “Chá e Prosa, Dialogando com as Experiências e Aquecendo Sonhos”: O objetivo da atividade é estimular o protagonismo dos estudantes através do Diálogo; relacionar saberes populares com conhecimentos científico; desenvolver habilidades matemáticas com foco e medidas e proporções e valorizar a cultura local através de relatos históricos e experiências compartilhadas.

É importante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos trabalha com a utilização de temas geradores, em cada etapa letiva. Esses temas desempenham um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos pois ajudam a desenvolver a criticidade e a consciência social. Esses temas são escolhidos estrategicamente para envolver os estudantes em reflexões críticas sobre questões relevantes, tornando a aula ainda mais atrativa.

3.2.1. Ciclo Juvenil

O Ciclo Juvenil foi inserido na escola para atender jovens com idade entre 15 e 20 anos cursistas das séries conclusivas do Ensino Fundamental, 8º e 9º Ano, que se encontram em defasagem idade/série. Apesar dos diversos desafios, tem sido uma experiência enriquecedora. O mesmo possibilita o fortalecimento das trajetórias educacionais dos jovens que por diversos motivos tiveram que abandonar os estudos. Essa modalidade de ensino evidencia uma abordagem pedagógica diferenciada, centrada no aluno e oferece apoio sócio emocional para ajudá-los a superar barreiras e corrigir a distorção idade/série.

3.2.2. Educação Especial na EJA

Além das modalidades citadas, a escola conta também com a EJA Especial, caracterizada pela Educação Especial que está inserida em todas as etapas e modalidades de ensino. Atende aos alunos que possuem relatório clínico ou psicopedagógico, alunos que possuem algum tipo de deficiência ou transtorno.

Esses alunos recebem suporte tanto na sala de aula com atividades adaptadas às suas necessidades como também na sala de recursos multifuncionais. O planejamento das atividades é adaptado e flexibilizado conforme a realidade do aluno.

4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) funciona como um guia a ser seguido, portanto ela traz o que todos os alunos da formação básica têm direito a aprender, com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais e garantir que todos tenham acesso aos mesmos conhecimentos essenciais para a formação.

O documento estabelece quais são os conhecimentos que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da jornada escolar. Para isso, a BNCC propõe um ensino baseado em **competências e habilidades** que devem guiar toda a educação básica dentro do contexto educacional.

No planejamento da Escola Municipal Maria Rita Alves da Silva deve considerar as dez competências gerais que contemplam a educação básica de acordo ao componente curricular, além disso, as competências específicas de cada área, bem como as habilidades necessárias para alcançar as competências.

4.2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

A proposta educativa da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus é fundamentada na abordagem **progressista**, que integra principalmente as perspectivas renovadora progressista e libertadora. Essa diretriz tem como base a valorização das experiências dos alunos e do seu contexto de vida, bem como a construção colaborativa do saber, alicerçada no diálogo, na reflexão crítica e no compromisso com a transformação social.

Na perspectiva renovadora progressista, a instituição de ensino reconhece que o aprendizado deve emergir das vivências dos estudantes e das situações reais que enfrentam no dia a dia. Os eixos temáticos abordados são relevantes e contextualizados, promovendo o aprendizado através da resolução de desafios e da interação com o ambiente. O educador assume a função de mediador do

conhecimento, criando espaços de aprendizagem que incentivem a experimentação, a investigação e a autonomia dos alunos.

Essa abordagem é apoiada por pensadores como John Dewey, Maria Montessori, Piaget, Decroly, Lauro de Oliveira Lima e Cousinet, que defendem uma educação centrada no estudante e em seu desenvolvimento integral. Por outro lado, a tendência libertadora, inspirada no educador Paulo Freire, reforça a concepção de que a educação é um ato político e emancipatório.

Nesse contexto, ensinar envolve escuta, diálogo e respeito pelo saber popular. A escola, assim, deve permitir que os alunos entendam a realidade em que estão inseridos, reflitam criticamente sobre ela e se movimentem para transformá-la.

O trabalho educativo é elaborado a partir de temas geradores, extraídos da realidade local, com foco na escuta ativa, na problematização e na valorização do conhecimento prévio do aluno. Essa abordagem busca superar o modelo bancário de educação, favorecendo uma prática participativa, crítica e humanizadora. Ao integrar essas duas vertentes, a Escola Maria Rita Alves de Jesus constrói uma prática pedagógica alinhada aos princípios da educação do campo, da gestão democrática e da valorização.

4.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus deve ser uma prática contínua e integrada ao processo de ensino-aprendizagem, permitindo diagnosticar progressos, dificuldades e necessidades dos estudantes. Utiliza-se avaliações formativa e somativa, monitorando o progresso dos alunos e ajustando estratégias conforme necessário. Essa metodologia possibilita a Escola um acompanhamento mais detalhado do desenvolvimento dos estudantes. A instituição adota todas essas formas de avaliação para que o aluno seja avaliado de forma qualitativa e não somente quantitativa.

No contexto da Educação do/no Campo, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus adota uma metodologia de avaliação que considera os aspectos culturais e socioeconômicos dos alunos. Exemplos de estratégias avaliativas incluem:

- **Avaliações por Etapa Letiva:** Realizadas ao final de cada ciclo trimestral, envolvendo todos os componentes curriculares.
- **Atividades Práticas e Aulas de Campo:** Espaços como a Horta Escolar, visitas a propriedades rurais, aulas ao ar livre e práticas interdisciplinares são

utilizados como recursos pedagógicos. Essas atividades são avaliadas tanto quantitativamente quanto qualitativamente, conectando os saberes científicos aos conhecimentos locais e à vivência dos alunos.

- **Avaliações Diagnósticas:** Aplicadas no início do ano letivo pela Secretaria Municipal de Educação, ajudam a identificar déficits de aprendizagem e a direcionar estratégias pedagógicas específicas.

Segundo o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB, 2020, p. 99), “a prática educativa deve incluir a avaliação em todo o processo de ensino-aprendizagem, considerando tanto o aspecto cognitivo quanto as competências socioemocionais”. Nesse contexto, a **Avaliação Formativa** se consolida como uma prática permanente no cotidiano da escola.

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, a avaliação é construída para promover o desenvolvimento integral do estudante, identificando dificuldades pedagógicas e socioemocionais e criando estratégias para superá-las.

4.4. ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO

A avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e não uma etapa isolada. Há uma exigência de que esteja concatenada com os objetivos – conteúdos – métodos expressos no plano de ensino e desenvolvidos no decorrer das aulas. Os objetivos explicitam conhecimentos, habilidades e atitudes, cuja compreensão, assimilação e aplicação, por meio de métodos adequados, devem manifestar-se em resultados obtidos nos exercícios, prova, conversação didática, trabalho independente e etc.

De acordo o DCRM (2022, p. 113) do município de Anguera, sobre os critérios de avaliação assegura-se que: Em cada etapa, para cada componente curricular, sugere-se a aplicação de instrumentos de avaliação durante o processo formativo, cujo somatório apresenta valor de até dez (10) pontos. Nesse bojo, orienta-se também a observação sobre os critérios qualitativos e as competências socioemocionais em desenvolvimento por cada aluno.

O processo de avaliação da escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus ocorre através da divisão de três Etapas Letivas, onde é atribuída uma nota para aluno, a média a ser atingida para a aprovação em cada etapa é 5,0 pontos e cada etapa letiva tem o valor de 10,0 pontos, ao ano o aluno precisa atingir 15,0 pontos para que seja aprovado.

Durante o ano letivo a escola tem os períodos de avaliações para cada etapa letiva, o pré-conselho, as recuperações para aquele aluno que não atingiu a média exigida e o período do conselho de classe, onde os professores avaliam cada aluno através seu comportamento, frequência e participação das aulas durante o ano.

A nossa escola possui estratégias metodologias com objetivos bem definidos, utiliza os princípios de avaliação como: integridade, sistematicidade, funcionalidade e orientação através dos seguintes pilares: objetivo, currículo, recursos, metodologia e avaliação. Sendo assim, a avaliação é uma importante ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, contudo a nossa escola almeja a transformação social e o sucesso dos nossos estudantes.

4.5. PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus considera os seguintes princípios como norteadores de sua prática avaliativa:

I. Integração ao ensino-aprendizagem: A avaliação deve ser indissociável do processo educativo.

II. Individualização e equidade: Respeitar as particularidades dos estudantes, promovendo igualdade de oportunidades.

III. Socioemocional: Valorizar o desenvolvimento emocional e social dos alunos como parte do processo educativo.

IV. Flexibilidade: Adaptar estratégias avaliativas às realidades locais e recursos disponíveis.

Ao alinhar suas práticas pedagógicas e avaliativas às diretrizes da BNCC, da LDB e dos documentos curriculares municipais e estaduais, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade, voltada para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento da Educação do Campo.

4.5. RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, a recomposição de aprendizagem é compreendida como um processo pedagógico contínuo, articulado e coletivo, que busca garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes,

respeitando o ritmo individual e as necessidades específicas identificadas no percurso escolar.

Na prática, a articulação acontece da seguinte forma:

1. **DIAGNÓSTICO INICIAL E CONTÍNUO:** A equipe docente realiza avaliações diagnósticas e formativas, identificando as habilidades e competências não consolidadas pelos estudantes. Esses dados são analisados em reuniões pedagógicas e nas Atividades Complementares (ACs), possibilitando a definição de estratégias de intervenção.

2. **PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DIFERENCIADO:** A partir das evidências coletadas, os professores elaboram planos de aula que integram atividades de revisão, retomada de conteúdos e aprofundamento de aprendizagens essenciais, conforme a BNCC e o DCRM Municipal. Essas ações podem incluir sequências didáticas específicas, atividades lúdicas, metodologias ativas e uso de tecnologias educacionais.

3. **ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES:** A recomposição ocorre de forma integrada à rotina escolar, mas também por meio de momentos específicos, como aulas de reforço ofertadas em projetos institucionais (ex.: Brasil na Escola) e em horários diversificados definidos pela gestão. Além disso, utilizam-se espaços pedagógicos da própria escola, como a sala de leitura, a sala de informática, a horta escolar e a rádio escolar, ampliando possibilidades de aprendizagem significativa.

4. **ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO E DEVOLUTIVA:** A equipe gestora e a coordenação pedagógica monitoram os resultados por meio de conselhos de classe, reuniões de acompanhamento e análise das avaliações. Os estudantes recebem devolutivas individualizadas e são orientados a assumir papel ativo em seu processo de aprendizagem, fortalecendo sua autonomia.

5. **PARCERIA COM A FAMÍLIA E COMUNIDADE:** A recomposição da aprendizagem também envolve diálogo permanente com pais e responsáveis, orientando-os sobre o processo de aprendizagem e estimulando sua participação na vida escolar, em consonância com o princípio da gestão democrática e da corresponsabilidade educativa.

Assim, a recomposição de aprendizagem se efetiva como um trabalho articulado, que combina diagnóstico, planejamento intencional, práticas pedagógicas

diferenciadas e acompanhamento sistemático, assegurando que todos os estudantes avancem em seu percurso formativo e tenham garantido o direito de aprender.

4.6. TEMAS INTEGRADORES

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende que a temática dos Direitos Humanos deve permear todos os Componentes Curriculares, sendo contextualizada às especificidades da Educação do/no Campo. Por ser uma população historicamente negligenciada, a escola tem o papel de promover a transformação dessa realidade, conscientizando e exercendo o respeito aos direitos e liberdades individuais.

Atualmente, a escola aborda o tema de forma transversal, através de discussões em sala de aula e atividades práticas que contextualizam os Direitos Humanos aos objetos de conhecimento. Como exemplo, o Ensino Religioso trabalha o respeito e a tolerância religiosa, incentivando os alunos a praticarem empatia, equidade e solidariedade em suas relações cotidianas. Adicionalmente, o uso das Salas de Informática e de Leitura, projetos pedagógicos, debates, rodas de conversas, contribuindo para democratizar o acesso à informação e estimular reflexões sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

A parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) reforça esse compromisso, com palestras e ciclos formativos sobre temas como abuso sexual, trabalho infantil, orientação sexual e igualdade de gênero, integrados ao calendário letivo. Como perspectiva futura, a escola pretende implementar atividades extracurriculares específicas para promover diálogos e estratégias de combate às violações dos Direitos Humanos, envolvendo tanto estudantes quanto funcionários e a comunidade.

EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, essa educação visa garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de raça, etnia, gênero, orientação sexual, necessidades especiais, religião ou situação socioeconômica.

O enfrentamento de preconceitos e estigmas historicamente enraizados no corpo social é um dos objetivos centrais da Educação para a Diversidade. Essa prática é incorporada aos Componentes Curriculares por meio de abordagens dialógicas e interdisciplinares, que incluem palestras, debates e projetos extracurriculares realizados em parceria com o CRAS. Essas iniciativas tratam de questões como diversidade de gênero, sexualidade, raça e etnia, promovendo uma formação multicultural e inclusiva.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é indispensável no contexto da Educação do/no Campo, dada a íntima relação entre os alunos e os recursos naturais em seu entorno. Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, essa temática é trabalhada de maneira interdisciplinar, com foco em sensibilizar os estudantes sobre a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade e o uso consciente dos recursos naturais. Componentes Curriculares como Ciências, Geografia, entre outros, utilizam atividades práticas, teóricas e investigativas para fortalecer a compreensão dos alunos sobre as implicações de suas ações no meio ambiente e as possibilidades de preservação.

A Horta Escolar é um dos recursos pedagógicos utilizados para ensinar conceitos ambientais. Nela, os alunos têm a oportunidade de aprender sobre o manejo do solo, o cultivo sustentável e o reaproveitamento de resíduos orgânicos, conectando os saberes locais às práticas científicas. Esse espaço também permite debates sobre alimentação saudável e autonomia alimentar. Além disso, a horta estimula o trabalho coletivo, o cuidado com a terra e a integração entre teoria e prática no aprendizado.

Pensando em iniciativas futuras, a Escola Municipal Maria Rita de Jesus planeja expandir o uso da Horta Escolar para englobar projetos maiores, como dias temáticos de Educação Ambiental, palestras com especialistas da área e oficinas sobre compostagem, preservação de recursos hídricos e energias renováveis. Pretende-se, ainda, criar um cronograma permanente de atividades práticas relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade, envolvendo toda a comunidade escolar e incentivando o protagonismo dos alunos na preservação ambiental.

A Educação Ambiental constitui um eixo transversal no Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, especialmente por estar inserida no contexto da Educação do/no Campo, em que os sujeitos têm uma relação direta com os recursos naturais e a terra. Tal abordagem está de acordo com a Lei nº 9.795/1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que defende a formação integral e sustentável dos estudantes (BRASIL, 2017).

O espaço da horta é parte integrante das Oficinas de Sustentabilidade e Horta, realizadas semanalmente com estudantes do Ensino Fundamental II. Nessas oficinas, os alunos aprendem sobre o preparo e manejo do solo, plantio de mudas, o cultivo de hortaliças e ervas, a compostagem com resíduos orgânicos da merenda escolar e a reutilização de materiais como pneus e garrafas PET. As atividades são planejadas com base nos saberes locais e na agroecologia, respeitando o princípio da contextualização do ensino e da valorização da cultura camponesa (CALDART, 2000).

Dentre as ações realizadas nos últimos anos, destacam-se:

- Produção de mudas nativas e alimentares, sob orientação dos professores de Ciências, Horta e Sustentabilidade;
- Plantio de mudas no entorno escolar, inclusive com a participação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), em parceria com a escola, quando foi plantado um exemplar de ipê amarelo como símbolo de preservação e renovação;
- Campanhas de reciclagem e reutilização de pneus, que foram transformados em canteiros (poço encantado) e ecopuffs para a sala de leitura da escola;
- Oficinas de compostagem, com reaproveitamento de restos da alimentação escolar e folhas secas;
- Distribuição de excedentes da produção da horta para outras unidades escolares do município, fortalecendo o espírito de solidariedade e economia circular;
- Utilização de hortaliças frescas na alimentação escolar, promovendo alimentação saudável, sazonalidade e o consumo de produtos livres de agrotóxicos.

Essas práticas estão fundamentadas na concepção de Educação Ambiental crítica, segundo Loureiro (2004), que defende a superação do modelo conservacionista e a construção de ações coletivas com base na justiça ambiental e

no protagonismo dos sujeitos sociais. Também dialogam com a proposta da agroecologia como matriz tecnológica e pedagógica, conforme apontado por Altieri (2009), promovendo práticas sustentáveis em territórios do campo.

Como forma de institucionalizar as práticas de Educação Ambiental, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus realiza anualmente a Semana do Meio Ambiente, promovendo atividades diversificadas como palestras, rodas de conversa, oficinas, visitas técnicas e exposições dos trabalhos produzidos pelos alunos.

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, a Educação Ambiental é desenvolvida de maneira interdisciplinar, envolvendo todos os componentes curriculares. As atividades promovem uma consciência crítica e reflexiva sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente, bem como incentivam o protagonismo estudantil em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PARA O CONSUMO

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, o tema é trabalhado de forma prática, contextualizada e alinhada às vivências dos estudantes e de suas famílias, muitas delas envolvidas com a agricultura familiar e o pequeno comércio. Uma das principais ações realizadas pela escola é o Balaio Junina, junto a festa da colheita, evento anual que, além de promover a cultura local, é uma ferramenta pedagógica para ensinar noções básicas de economia, onde os alimentos arrecadados são sorteados entre os próprios alunos. Para os próximos anos, a escola pretende transformar a Educação Financeira em uma prática contínua, incorporando o tema no currículo de maneira interdisciplinar. Serão desenvolvidas ações como oficinas de planejamento financeiro familiar, atividades de simulação de orçamento, feira pedagógica, debates sobre o impacto das propagandas e do consumismo. A escola também visa criar um projeto anual focado no empreendedorismo local, onde os alunos poderão planejar, criar e relacionar a prática financeira ao estímulo da criatividade e ao aprendizado sobre sustentabilidade.

CULTURA DIGITAL

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, inserida no contexto da Educação do/no Campo, reconhece a importância da inserção qualificada das

tecnologias digitais no cotidiano escolar, articulando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aos processos de ensino-aprendizagem, de maneira significativa, ética e interdisciplinar.

A escola conta com uma Sala de Informática equipada e conectada à internet, utilizada para desenvolver atividades de pesquisa, produção textual, criação de apresentações, jogos pedagógicos, atividades de letramento digital e projetos colaborativos. Os professores utilizam esse espaço como ambiente de aprendizagem integrada aos componentes curriculares, possibilitando o desenvolvimento de competências digitais previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), especialmente no que diz respeito ao uso ético, criativo e responsável da tecnologia.

Além de seu uso pedagógico nas aulas regulares, a Sala de Informática da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus funciona como um espaço formativo ampliado, oferecendo cursos de informática básica, oficinas temáticas e ações de inclusão digital voltadas a diferentes públicos. A escola desenvolve uma programação digital estruturada, com atividades semanais, quinzenais e mensais destinadas a alunos, professores, servidores de apoio e à comunidade local. Essas ações envolvem desde o ensino de competências digitais fundamentais (como digitação, uso de editores de texto e navegação segura na internet), até palestras sobre cidadania digital, uso consciente das redes sociais e prevenção ao cyberbullying. Ao articular a tecnologia à prática pedagógica e à formação cidadã, a escola amplia seu papel social, contribuindo para o acesso equitativo às tecnologias e à redução das desigualdades digitais no campo.

Complementarmente, a escola estruturou a Rádio Escolar Maria Rita, um projeto inovador de comunicação educativa, que funciona nos turnos matutino e vespertino em horários definidos: das 7h às 7h30, das 9h45 às 10h, das 11h30 às 13h05, das 15h20 às 15h35. A programação semanal está organizada por dia da semana, com quadros fixos e rotativos, como:

- **“Bom Dia, Maria Rita!”**: saudação diária com mensagens motivacionais e agenda escolar;
- **“Hoje é Dia de Festa!”**: homenagem aos aniversariantes;
- **“Entrevista Expressa”**: interação com membros da comunidade escolar;
- **“Palco Aberto”**: espaço de expressão criativa dos alunos;
- **“Rádio Leitura”**: leitura de contos, fábulas, crônicas e cordéis;

- **“Top 2 da Semana”, “Dica de Ouro”, “Rádio Cine”, “Curiosidade do Dia”, “Mural da Gratidão”,** entre outros quadros que promovem cultura, informação, identidade local, letramento midiático e protagonismo estudantil.

A Rádio Escolar atua não apenas como ferramenta de comunicação, mas como um ambiente formativo interdisciplinar, que articula oralidade, leitura, produção textual, pesquisa, música, cultura local e cidadania digital. Os alunos participam da elaboração, organização e execução dos conteúdos, assumindo papéis de locutores, roteiristas e produtores, o que potencializa a aprendizagem ativa, colaborativa e significativa.

Tais ações estão alinhadas a uma concepção crítica de cultura digital, que vai além do acesso técnico e instrumental, promovendo a reflexão sobre os impactos sociais, éticos e políticos das tecnologias.

4.7. PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO

A Parte Diversificada do Currículo, na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, está pautada nas diretrizes da DCRM (2022) e da BNCC (2018), que estabelecem que o currículo escolar deve respeitar, valorizar e integrar as características locais e regionais da comunidade onde a escola está inserida. Assim, o currículo da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus é cuidadosamente adaptado para atender às especificidades culturais, sociais e econômicas do município de Anguera e do povoado de Areia, promovendo a formação contextualizada e viva, característica da Educação do/no Campo.

A prática pedagógica que aborda as habilidades locais e regionais é interdisciplinar e alinhada aos Temas Integradores, mas o Componente Curricular de Empreendedorismo Local e Regional assume destaque na implementação da Parte Diversificada. Essa área do conhecimento desempenha um papel fundamental ao explorar as práticas econômicas e culturais do território, permitindo aos alunos compreenderem as dinâmicas do meio rural e as potencialidades locais. Por meio desse componente, a escola fomenta o protagonismo dos alunos e demonstra possibilidades de atuação na comunidade, promovendo a construção de uma educação que se relaciona diretamente com a realidade do alunado.

4.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ACs)

As Atividades Complementares (ACs) na Escola Maria Rita Alves de Jesus acontecem semanalmente, inserida na carga horária semanal regular dos docentes, ou seja, respeitando a reserva de carga horária destinada ao planejamento. São organizadas por área do conhecimento, conforme o seguinte cronograma:

- QUARTA-FEIRA: professores de Matemática e Ciências da Natureza;
- QUINTA-FEIRA: professores da área de Linguagens, aqueles que atuam com os componentes de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física;
- SEXTA-FEIRA: professores da área de Ciências Humanas, aqueles que atuam com os componentes de História e Geografia, acrescentando também a área de Ensino Religioso.

Seguindo princípios legais, a carga horária regular dos professores, equivalente a 20 horas semanais, é dividida da seguinte forma:

- ❖ 13 horas/aulas: lotação em sala de aula;
- ❖ 04 horas/aulas: Atividade Complementar (AC) presencial;
- ❖ 03 horas/aulas: Atividade Complementar (AC) livre (em domicílio).

De forma esporádica, desde que não se torne habitual, a gestão da escola e a coordenação pedagógica contabilizam a carga horária da AC presencial cumprida fora do ambiente escolar, como por exemplo, quando há necessidade de elaboração das atividades avaliativas e/ou das correções.

Existem momentos em que o cumprimento da AC ocorre em nível de formação continuada em atividade, promovida no âmbito da Rede Municipal, sendo a convocação feita pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com os respectivos dias referentes às áreas do conhecimento.

Nas ACs geralmente acontecem o acolhimento da equipe no momento inicial, que proporciona um espaço de escuta, troca de experiências e fortalecimento do vínculo entre a equipe. Esse momento é essencial para criar um clima de confiança e colaboração, que contribui para o bom andamento das atividades pedagógicas.

Reserva-se um segundo momento destinado à formação continuada, com temáticas pertinentes à prática docente, como avaliação da aprendizagem e metodologias de ensino. A formação tem como objetivo aprimorar o trabalho

pedagógico, promover a atualização dos professores e refletir sobre os desafios e avanços da prática cotidiana.

Outro momento, geralmente, é dedicado ao planejamento semanal, momento em que os professores organizam as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula considerando as especificidades de cada turma e os objetos de aprendizagem previstos.

Ocorre também, nas ACs, o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio da análise de registros e relatos dos docentes, com foco em identificar avanços, dificuldades e traçar estratégias para apoiar os estudantes em processo educativo.

Além disso, são discutidos os projetos pedagógicos que estão em andamento sejam eles projetos de leitura, e/ou projetos estruturantes bem como o planejamento de novas ações que envolvem a comunidade escolar. Esses momentos são essenciais para garantir a qualidade de ensino, promover o trabalho em equipe e assegurar que as decisões pedagógicas sejam tomadas de forma coletiva e consciente, com foco na aprendizagem dos alunos.

Durante os encontros de atividades complementares, o grupo docente tem a possibilidade de inovar seus planos de aula, optando por metodologias criativas que ajudam a evitar a dispersão dos alunos. Isso garante um resultado positivo tanto para o professor enquanto realização profissional, trabalhando com segurança, vendo os bons resultados de seu trabalho, como para os alunos que percebem no dia a dia que o professor trabalha com competência e dedicação; com retorno de bons resultados que podem ser comprovados com os bons resultados das avaliações externas.

4.9. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende que é necessária uma relação de aprendizagem dialógica e de trabalho em equipe. Assim, conta com um corpo docente que se destaca por sua postura colaborativa, com engajamento ativo no processo de ensino-aprendizagem e no papel social desempenhado pela escola. Como ressalta Paulo Freire (1991, p. 20), "a Educação é um ato político".

Sob essa perspectiva, o professor na EMMRAJ não pode ser desvinculado de sua responsabilidade social e política. Além de mediar o conhecimento em sala de aula, cabe ao professor contribuir para a formação integral dos estudantes,

participando ativamente dos projetos pedagógicos e das ações sociais que permeiam os processos educativos.

A equipe docente da escola está envolvida com o contexto político, social e cultural dos estudantes e busca expandir e aprofundar esse envolvimento como uma prática pedagógica constante. Além disso, à docência na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus exige um compromisso efetivo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e com a gestão democrática, com participação ativa nos âmbitos que norteiam a escola e o fazer pedagógico.

A relação entre a Gestão Escolar e o corpo docente é baseada em diálogo e cooperação, sendo esperado que os professores aprofundem o domínio sobre os Documentos Curriculares, como a BNCC, DCRB e DCRM, para refletirem essas diretrizes em suas metodologias e práticas pedagógicas. O corpo docente é formado atualmente por 26 professores, que são incentivados a participar de processos formativos contínuos, tanto internos quanto externos à escola. Essas formações são vistas como oportunidades para a construção de metodologias inovadoras e contextuais, que potencializem a aprendizagem dos estudantes, especialmente no contexto da Educação do Campo.

Como meta, busca-se que o corpo docente seja cada vez mais ativo no processo educacional, promovendo uma prática pedagógica que articule os saberes locais com o conhecimento científico e que fomente o protagonismo estudantil. Além disso, espera-se que os professores, por meio de práticas colaborativas, sejam agentes transformadores, comprometidos com a construção de uma escola socialmente inclusiva, culturalmente relevante e desafiadora.

4.10. PERFIL ESPERADO DO ESTUDANTE DO 6º AO 9º ANO

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus pretende formar por meio das suas ações o aluno protagonista, ou seja, o aluno que extrai o conhecimento a partir de experiências e vivências. A escola em todo o seu contexto, busca compreender que esse aluno precisa ser incentivado, acompanhado e orientado pelo professor a partir de sua forma específica de aprender. Não apenas memorizando conteúdo e absorvendo conhecimentos, mas também agregando e construindo de maneira colaborativa todos juntos na relação professor x aluno.

O alunado é formado por estudantes de diversas localidades, incluindo o

povoado de Areia e áreas circunvizinhas. A maioria depende do transporte escolar oferecido pela Prefeitura Municipal de Anguera para chegar à escola, o que reflete a realidade rural em que estão inseridos.

Os estudantes da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus se destacam por seu engajamento em manifestações culturais e identitárias. Eles demonstram um forte senso de pertencimento à comunidade, reconhecendo-se como parte integrante de um espaço coletivo. Ativamente, participam de projetos itinerantes e extracurriculares, refletindo o compromisso da escola com uma formação cidadã. No entanto, almeja-se que esses estudantes se envolvam ainda mais profundamente nas manifestações culturais locais, ampliem seu interesse pela vida pública e comunitária, e reconheçam plenamente seu papel como cidadãos ativos.

A escola busca proporcionar aos alunos não apenas o aprendizado, mas também o desenvolvimento integral, que engloba competências sociais, emocionais e culturais. Pretende-se que os estudantes sejam incentivados a valorizar as tradições locais, reconhecer as potencialidades de sua comunidade e, ao mesmo tempo, desenvolver uma visão crítica e transformadora sobre seu papel na sociedade. Assim, o perfil esperado dos estudantes, adolescentes e jovens, é o de um indivíduo reflexivo, participativo e consciente de sua identidade cultural e social, preparado para os desafios da vida contemporânea, sem perder a conexão com suas raízes no campo.

4.11. PERFIL ESPERADO DO ESTUDANTES DA EJA

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus atende ao 1º e ao 2º Segmentos da EJA, que correspondem, respectivamente, anos iniciais e aos anos finais do Ensino Fundamental. O 1º Segmento é organizado em cinco (05) estágios, ENQUANTO O 2º Segmento é organizado em dois (02) estágios.

Os estudantes dessa modalidade de ensino são jovens, adultos e idosos que precisam conciliar trabalho, família, atividades domésticas e estudo, pessoas que geralmente, não tiveram oportunidade de estudar, por diversos motivos e estavam durante muito tempo desmotivado e sem esperança; a oferta da EJA através das formas regulamentadas pelo Conselho Municipal de Educação chega como a transformação de um sonho em realidade.

Os alunos relatam histórias vividas e sempre citam o quanto são felizes e realizados ao estarem em uma sala de aula, adquirindo novos conhecimentos, conseguindo pela 1ª vez assinar seu nome no documento de identidade e até fazer a leitura do ônibus que precisam tomar. Isso tudo torna mais gratificante ainda fazer parte desse trabalho. Quanto a EJA relacionando ao Ciclo Juvenil temos os alunos com a distorção idade/ano esses são jovens, cada um com suas limitações, mas com vontade de aprender e um lindo sorriso no rosto que nos aquece a cada dia.

4.12. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus entende que a participação coletiva nas decisões é essencial para promover um ambiente educacional inclusivo e eficaz. Por meio do diálogo constante com todos os integrantes da comunidade escolar, buscamos ouvir e considerar diferentes perspectivas, assegurando o melhor para o desenvolvimento educacional de nossos estudantes.

Nesse contexto, a escola adota como princípio a Gestão Democrática, acolhendo a participação ativa dos professores, alunos, pais, equipe pedagógica, direção e colaboradores no processo de tomada de decisões. Essa abordagem busca promover um conhecimento crítico da realidade local, permitindo que a escola enfrente e supere desafios.

Conforme preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), os sistemas de ensino devem estabelecer normas de gestão democrática na educação básica, de acordo com as seguintes diretrizes:

- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Escola Maria Rita Alves de Jesus segue essas prescrições, garantindo a efetivação dos princípios da LDB. O Conselho Escolar da instituição é formado por professores, alunos, pais e membros da comunidade, promovendo o diálogo e a corresponsabilidade nas decisões administrativas e pedagógicas.

Além disso, a escola conta com uma comissão disciplinar composta por um professor, um funcionário administrativo e um funcionário de apoio. Essa comissão busca soluções adequadas para eventuais ocorrências envolvendo os estudantes, sempre em consonância com os valores da gestão democrática.

5. CURRÍCULO

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus entende o currículo como um instrumento fundamental para garantir os direitos dos alunos, permitindo a consolidação da aprendizagem e a formação integral.

O currículo da EMMRAJ segue, para os anos finais do Ensino Fundamental, o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM); e para a Educação de Jovens e Adultos, o OCEJA – Organizador Curricular da EJA.

A adoção desses referenciais assegura que a proposta pedagógica da escola esteja alinhada às expectativas de aprendizagem previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), respeitando as especificidades de cada etapa de ensino e valorizando a diversidade cultural presente em nossa comunidade escolar.

Tais documentos orientam o planejamento docente e as avaliações da aprendizagem, garantindo que cada estudante alcance os objetivos de aprendizagem previstos e desenvolva autonomia para prosseguir em sua trajetória de formação.

Ressalta-se que o currículo apresenta a possibilidade do trabalho pedagógico interdisciplinar e transdisciplinar, em várias vertentes.

Também contempla as competências socioemocionais inspiradas pela BNCC, e que são de valiosa importância no processo da avaliação formativa e na formação integral do estudante.

O currículo é explorado pedagogicamente com a utilização, no cotidiano escolar, dos planos de cursos estabelecidos, dos planejamentos referenciais e dos planos de aula. Esses instrumentos orientam a prática docente de forma dinâmica, permitindo que os professores utilizem metodologias ativas e recursos diversos que estimulem o protagonismo estudantil. Assim, o currículo deixa de ser um documento estático para se tornar uma experiência viva de construção de conhecimento dentro e fora da sala de aula.

6. EDUCAÇÃO INTEGRAL E O ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação Integral é uma concepção que entende a educação como formação completa da pessoa não só o aprendizado dos objetos de conhecimento relacionados aos componentes curriculares previstos na BNCC, mas também o desenvolvimento físico, emocional, social, cultural e ético, ou seja, nas mais diversas dimensões humanas.

A Educação Integral vai além da “escola de tempo integral”. Ter mais horas pode ser um recurso, mas a educação integral é concebida mais sobre o sentido do que se faz nesse tempo. Busca integrar diferentes áreas do saber: artes, esportes, ciência, tecnologia, convivência, cidadania.

O ensino na Educação Integral conecta o conhecimento escolar com a vida do estudante. As metodologias necessitam ser mais ativas e participativas: projetos, oficinas, atividades coletivas.

Na educação integral acontece a formação global do estudante, considerando aspectos intelectuais, afetivos, sociais, culturais e até comunitários.

O ensino é parte essencial da educação integral, mas esta é mais ampla, pois busca formar cidadãos críticos, criativos e preparados para a vida em sociedade.

Por sua vez, o ensino em tempo integral diz respeito à ampliação da jornada escolar. Essa ampliação favorece em termos de tempo, a prática da Educação Integral. Porém, a Educação Integral não se aplica tão somente às turmas com a jornada de tempo ampliada.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus assume o compromisso em buscar implementar, no cotidiano, a concepção da Educação Integral, bem como está aumentando gradativamente, a cada ano, o atendimento em tempo integral. Essas ações se fortaleceram a partir da Lei Municipal Nº 335, de 30 de maio de 2025.

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A seguir estão elencados alguns princípios que caracterizam a prática pedagógica na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus:

7.1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITORIALIDADE

Os princípios da Educação do Campo consideram o estudante não apenas como um futuro trabalhador braçal, mas como um sujeito de direitos e cultura indetitária. O currículo e a prática pedagógica da escola são enriquecidos por experiências e práticas locais, comuns da vida do campo.

7.2. PEDAGOGIA DE PROJETOS

A pedagogia de projetos permite a interação do conhecimento entre diferentes áreas do conhecimento. A EMMRAJ possui importantes potencialidades para que a Pedagogia de Projetos seja explorada fortemente, tais como: Horta Escolar, Rádio Escola, Sala de Leitura, Laboratório de Informática, Palco de Apresentações, Árvores e Sombras, Paisagismo, Quadra Escolar e outros ambientes.

7.3. INTERDISCIPLINARIDADE

Para a **Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus**, a interdisciplinaridade não é apenas um conceito teórico, mas uma ferramenta para conectar o conhecimento à vida no campo e à identidade local. Os professores buscam interagir sobre temáticas em discussão na escola, incorporando-as em suas aulas, independente do componente curricular.

7.4. CONTEXTUALIZAÇÃO

A **prática pedagógica contextualizada** na EMMRAJ é o elo entre o saber sistêmico e as experiências vividas pelos estudantes. No contexto dos anos finais do Ensino Fundamental, isso significa transformar a escola em um espaço onde o conhecimento teórico é comprovado com as diversas experiências e realidades evidenciadas.

7.5. A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

A pesquisa é uma ferramenta que qualifica o ensino-aprendizagem, ampliando os horizontes dos estudantes e despertando o interesse pela leitura, escrita e argumentação integrando todas as áreas do conhecimento. Através da pesquisa, os alunos avançam na busca por descobertas, gerando conhecimento mais aprofundado. Significa que aprender não deve ser apenas receber informações prontas, mas investigar. O estudante é visto como sujeito ativo, que pergunta, observa, formula hipóteses, busca respostas, dialoga e constrói conhecimento. O professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a ser mediador e orientador da pesquisa.

7.6. AÇÃO PEDAGÓGICA PARA ALÉM DA ESCOLA

As ações pedagógicas na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus têm o intuito de despertar nos estudantes através das pesquisas:

1. Curiosidade: a aprendizagem começa com a pergunta do aluno, não com a resposta pronta.
2. Autonomia: o estudante aprende a buscar fontes, organizar dados e refletir criticamente.
3. Construção coletiva: a pesquisa é compartilhada, debatida e reconstruída em grupo.
4. Conhecimento vivo: o conteúdo escolar ganha sentido porque está ligado a problemas reais.

Na prática escolar pretende-se realizar:

- Projetos interdisciplinares baseados em temas da realidade local.
- Produção de relatórios, feiras de ciências, rodas de conversa.
- Uso de tecnologias digitais para buscar e sistematizar informações.
- O professor estimulando a reflexão crítica sobre o que foi pesquisado, não só a coleta de dados.

7.7. RESPEITO À DIVERSIDADE

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus sendo uma escola do/no campo é um princípio fundamental da educação inclusiva e da valorização das identidades culturais, sociais e territoriais. Ela se traduz em reconhecer que o campo

não é um espaço homogêneo, mas plural, formado por agricultores familiares, comunidades tradicionais, entre outros.

7.8. ALUNO PROTAGONISTA

O aluno protagonista é aquele que deixa de ser apenas receptor de informações e passa a ser sujeito ativo do processo de aprendizagem. Essa ideia se fundamenta nas metodologias que valorizam a autonomia, a criticidade e a participação do estudante em sua formação. A EMMRAJ desenvolve práticas favoráveis à formação do Aluno Protagonista:

1. Autonomia

- O estudante é incentivado a tomar decisões, propor soluções e organizar parte do próprio percurso de aprendizagem.

2. Participação Ativa

- Ele não apenas recebe conteúdos, mas constrói conhecimentos por meio de projetos, pesquisas, trabalhos coletivos e experiências práticas.

3. Contextualização

- A aprendizagem ganha sentido quando se conecta à vida do aluno, à sua comunidade rural e aos desafios contemporâneos.

4. Formação Cidadã

- O protagonismo estudantil também se traduz em assumir responsabilidades sociais, aprender a conviver com as diferenças e atuar para transformar a realidade.

5. Professor Mediador

- Nesse modelo, o docente deixa de ser o centro exclusivo do saber e passa a atuar como orientador e facilitador, criando condições para que o aluno desenvolva competências e habilidades.

Além desses elementos, a escola busca oferecer espaços para que os adolescentes, que vivem a fase de transição crítica, sintam-se pertencentes e responsáveis pela instituição. Isso ocorre, por exemplo, ao incentivar a liderança de classe, por turmas; no desenvolver o Projeto Aluno Monitor; ao inserir no currículo o componente “Ação Juventude”; e, reconhecidamente, mantendo um ambiente e paisagismo favorável à convivência social, que pode ser explorado com mais intensidade.

7.9. INTERAÇÕES COM A FAMÍLIA E COMUNIDADE

A interação com a família e a comunidade na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, sendo, escola do/no campo é um dos pilares da Educação do Campo, porque fortalece a identidade, o pertencimento e a qualidade do processo educativo. A escola não deve ser vista como um espaço isolado, mas como parte viva da comunidade em que está inserida.

Pontos principais da interação valorização dos saberes locais, participação da comunidade, formação integral do estudante, educação contextualizada e fortalecimento dos vínculos familiares, pois quando a família participa da vida escolar, o aluno sente-se mais motivado e apoiado e a comunidade, por sua vez, percebe a escola como parceira no desenvolvimento social, cultural e econômico do território.

7.10. TRANSIÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

A transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é um marco na educação que envolve adaptação a novas rotinas, maior carga horária, aumento de disciplinas, e a introdução de opções flexíveis (itinerários formativos) no Novo Ensino Médio aprovado em 2024 e com implementação gradual a partir de 2025, portanto exige preparação que assegurem as temáticas dos componentes curriculares e emocional. O foco está na garantia de uma formação integral que proporcione aos estudantes autonomia e habilidades para enfrentar os desafios dessa nova etapa.

Segundo o DCRM (2022, p. 81):

No que confere à transição entre o Ensino Fundamental e o Novo Ensino Médio, o foco das atenções deve estar na garantia da operacionalização das modificações que propiciem maior engajamento, autonomia, participação e aprendizagens significativas.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus desenvolve as seguintes ações para apoiar essa transição:

- I. Diálogos entre Docentes e Alunos: Orientações sobre as expectativas e mudanças acadêmicas, preparando os estudantes para os novos componentes curriculares e rotinas.

II. Incentivo à Leitura e Escrita: Trabalhos focados em aprimorar essas competências essenciais, visando um melhor desempenho no Ensino Médio.

III. Parceria com Famílias: Reforço na comunicação entre escola e responsáveis, garantindo suporte emocional e acadêmico.

IV. Orientação Profissional: Promoção de atendimentos dos alunos 9º ano com a Psicóloga Escolar;

V. Orientação Profissional: Promover rodas de conversas, palestras, para que os alunos possam se autoconhecer e começar a pensar nas escolhas profissionais.

8. POLÍTICAS E RELAÇÕES COM AS MODALIDADES DE ENSINO

8.1. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus a Educação Inclusiva é compreendida e vivenciada como um processo coletivo, que envolve gestores, equipe multidisciplinar, professores e toda a comunidade escolar. Esse esforço conjunto garante o direito de aprender com qualidade, em um ambiente democrático acessível e verdadeiramente acolhedor.

Na prática, a Educação Inclusiva acontece da seguinte forma:

1. Matrícula sem restrições: todos os estudantes têm garantido o direito de acesso à escola, independentemente de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. A matrícula é feita sem discriminação, garantindo igualdade de condições para permanência e aprendizagem.

2. Atendimento Educacional Especializado (AEE): os alunos público-alvo da Educação Especial recebem apoio por meio do AEE. São acompanhados em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o Planejamento de Atendimento Individual (PAI). Existe ainda a parceria com o NADE - Núcleo de Atendimento e Desenvolvimento Especializado, administrado pela Secretaria de Saúde do município, o qual oferece uma equipe multidisciplinar com: psicólogos, psicopedagogos, neuropediatra, neuropsicólogo, neuropsicopedagogo e fisioterapeutas.

3. Adaptação curricular e metodológica: os professores planejam atividades considerando as especificidades dos estudantes, com flexibilização curricular, uso de recursos pedagógicos acessíveis (materiais adaptados, tecnologias assistivas, entre outros) e metodologias diferenciadas que favoreçam a aprendizagem de todos.

4. Formação continuada dos profissionais: a equipe escolar participa de formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e equipe multidisciplinar da escola, voltadas para práticas inclusivas, estratégias de ensino e uso de recursos pedagógicos acessíveis. Além disso, há orientações específicas nas Atividades Complementares (AC's) para compartilhar experiências e alinhar práticas inclusivas.

5. Parceria com a família e com os serviços de apoio: a escola mantém diálogo constante com as famílias e articula parcerias com profissionais da saúde,

assistência social, psicopedagoga e psicologia escolar, assegurando um atendimento integral aos estudantes.

6. Convivência e respeito à diversidade: são promovidas ações pedagógicas, projetos e campanhas educativas que valorizam o respeito às diferenças, a solidariedade e a cooperação entre os estudantes, fortalecendo a cultura da paz e da empatia dentro do ambiente escolar.

A Educação Inclusiva é fundamentada nos preceitos estabelecidos pela legislação nacional e municipal, alinhando-se às diretrizes que garantem o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) na rede regular e na EJA.

8.1.1. Educação Étnico-Racial

A Educação Étnico-Racial, conforme estabelecido nas legislações e diretrizes educacionais brasileiras é uma prática pedagógica fundamental para a promoção da equidade, da justiça social e da valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Ela visa enfrentar o racismo estrutural por meio de ações educativas que reconheçam, respeitem e integrem os saberes, identidades e culturas dos povos negros, indígenas e de outras etnias historicamente marginalizadas no Brasil.

Munanga (2005) destaca que o preconceito racial é aprendido e reproduzido socialmente, e a escola, ao silenciar ou invisibilizar as culturas afro-brasileiras e indígenas, contribui para sua perpetuação. Por isso, o ambiente escolar deve promover a formação crítica dos professores sobre racismo e diversidade, o uso de materiais didáticos que reflitam a pluralidade cultural, a valorização das identidades dos estudantes negros, indígenas e de outras etnias e o envolvimento da comunidade escolar em ações afirmativas.

A Educação Étnico-Racial trabalhada na Escola Municipal Maria Rita de Jesus pode promover a valorização das identidades afro-brasileiras, africanas e indígenas, combater práticas racistas e preconceituosas no ambiente escolar; fortalecer o currículo com objetos étnico-raciais de forma transversal e garantir formação continuada dos professores sobre diversidade racial. As ações pedagógicas e curriculares da nossa escola estão voltadas para orientação do corpo docente para trabalhar conteúdos étnico-raciais de forma interdisciplinar.

8.1.2. Antirracista

A educação antirracista é uma prática pedagógica que busca combater as desigualdades raciais e promover a equidade, valorizando as identidades étnico-raciais e desconstruindo estereótipos enraizados no cotidiano escolar. Ela vai além do reconhecimento da diversidade, propondo ações concretas de enfrentamento ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

A construção de uma educação comprometida com a igualdade racial tem respaldo em diversas legislações e normativas brasileiras e internacionais:

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010): assegura à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação, sendo a educação um de seus eixos principais.

Segundo Gomes (2012), a educação antirracista deve promover uma formação crítica que permita aos estudantes reconhecerem as formas de discriminação racial e desenvolverem uma consciência social transformadora. Ela deve estar presente em todos os níveis de ensino, perpassando os conteúdos escolares, as relações interpessoais, a formação docente e o ambiente institucional.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus reconhece o racismo como algo danoso na nossa sociedade e entende que a escola tem papel fundamental para acabar com essa desigualdade histórica. Assim, a instituição se compromete a construir um ensino antirracista, que priorize a diversidade étnico-racial, ajudando a formar cidadãos conscientes, respeitosos e que atuem para promover a justiça social.

A forma de trabalho da escola é baseada na Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que exige o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Ações que a escola planeja para trabalhar o Ensino Antirracista:

1. Incluir a tema nas abordagens essenciais da escola

A escola vai colocar de maneira geral e constante os temas sobre a cultura africana, afro-brasileira e sobre as relações étnico-raciais nos diversos componentes curriculares, principalmente em áreas como História, Língua Portuguesa, Geografia, Arte e Ensino Religioso. Os professores vão propor atividades que mostrem o valor da identidade negra, a importância dos povos africanos na formação do Brasil, a luta contra o racismo e a importância da igualdade racial.

2. Promover formação para a equipe escolar

A escola vai organizar momentos de formação dentro da própria escola para todos os funcionários, como professores, gestores, equipe de apoio e administrativa. Esses encontros vão ajudar a abordar temática como o racismo estrutural, práticas de ensino antirracistas, representatividade, identidade racial e como lutar contra a discriminação na escola.

3. Realizar reuniões e conversas com pais/responsáveis

A escola sabe que combater o racismo requer fazer as famílias pensarem sobre isso. Por isso, realizará reuniões por etapa letiva com pais e responsáveis, onde serão discutidos os objetivos do ensino antirracista, e como cada família pode ajudar a ter uma escola mais justa e acolhedora. Serão momentos de conversa, atenção e sensibilização.

4. Criar projetos e eventos com temas específicos

Serão criados projetos de ensino, exposições, feiras culturais e eventos que mostrem a cultura afro-brasileira e africana, no cotidiano da escola. Os alunos poderão participar de apresentações de música, literatura, rodas de capoeira, contação de histórias africanas, oficinas de turbantes, culinária afro-brasileira, samba de roda e muito mais.

5. Construindo um espaço escolar receptivo e sem discriminação

A administração da escola se dedica a criar um ambiente que valorize cada identidade. Implementaremos estratégias para identificar e combater comportamentos racistas, oferecendo atenção, aconselhamento e atividades educativas. Situações de preconceito e discriminação serão tratadas com a importância devida, priorizando sempre o apoio e o diálogo.

6. Estimulando o papel ativo dos alunos e a atenção às suas vozes

A escola almeja encorajar os alunos a serem líderes na causa antirracista, participando de associações estudantis, grupos de debate, criação de textos, painéis, vídeos, podcasts e outras formas de comunicação. A meta é aprimorar o pensamento crítico e a habilidade de se manifestar contra as desigualdades sociais e a discriminação. Com essas iniciativas, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus declara que a educação antirracista é um pacto constante, partilhado e institucional, não apenas uma atividade isolada. Acreditamos que apenas através do saber, da troca de ideias, do respeito e da celebração da diversidade podemos edificar uma escola mais equitativa e uma sociedade genuinamente democrática.

8.2. A POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O mundo está em constante transformação e com isso diversos setores da sociedade devem incessantemente se atualizarem para que nessa chamada era digital não fiquem para trás. Na educação não é diferente, todos os dias nos deparamos com novas metodologias que exigem de nós educadores, novos instrumentos que auxiliem as nossas práticas de ensino melhorando a aprendizagem dos alunos.

Quando nos referimos à Inovações tecnológicas, estamos falando sobre as novas criações ou tecnologias que contribuem de forma geral para o desenvolvimento de produtos e serviços que trarão benefícios, como por exemplo, o aumento da produtividade, a diminuição de distâncias e facilidade no acesso à diversos serviços.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende que a concepção de inovação tecnológica é algo de fundamental importância para o contexto estudantil, pois a tecnologia contribui para o acesso a informação e o conhecimento dos educandos, facilitando o processo de ensino e aprendizagem. Com a utilização desse meio informacional, facilitará o envolvimento dos alunos em sala de aula, contribuindo assim, para a formação dos educandos.

A nossa escola está alinhada aos documentos referenciais no que está posto na BNCC, BNCC Computação, DCRB e DCRM, entendendo que essa modalidade da concepção de inovação tecnológica é um direito de todos os envolvidos e deve ser inserido na política do município. No que se refere a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDCIs) no DCRM, a cultura digital está articulada em campos como: da Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais, dentre outros. Essa modalidade de inovação tecnológica demarca espaço no Projeto Político Pedagógico da nossa escola e se materializa através de estratégias pedagógicas e ações educativas.

As diretrizes postas no BNCC, DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia), DCRM (Documento Curricular Referencial Municipal), PNE (Plano Nacional de Educação), PEE (Plano Estadual de Educação), PME (Plano Municipal de Educação) e DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais) são indicadores metodológicos das modalidades apontadas no PPP e dialogam com os marcos referenciais contidos nesses documentos.

As orientações estabelecidas na BNCC, BNCC Computação, DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia), DCRM (Documento Curricular Referencial Municipal), PNE (Plano Nacional de Educação), PEE (Plano Estadual de Educação), PME (Plano Municipal de Educação) e DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) servem como guias metodológicos para as categorias mencionadas no PPP e se relacionam com as referências contidas nesses textos.

Segundo Sbicca e Pelaez (2006, p. 417):

O processo de inovação, visto de forma interativa, relaciona-se com o conceito de Sistema de Inovação (SI), que pode ser entendido como um conjunto de instituições públicas e privadas que contribuem nos âmbitos macro e microeconômico para o desenvolvimento e a difusão de inovações de um determinado setor, região ou país.

Corroborando com os autores, o processo de inovação tecnologia é uma abordagem sistêmica que deve ser inserido nas instituições seja ela pública ou privada, sendo assim, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus defende o interesse da utilização da inovação tecnológica no âmbito escolar. O uso dessa inovação é um fator importante para o sucesso escolar, sendo uma fonte integração do conhecimento e da transformação social.

Concordando com os escritores, a inovação tecnológica deve ser considerada um método abrangente que deve ser implementado em instituições, sejam elas públicas ou privadas. Desse modo, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus apoia a ideia da aplicação da inovação tecnológica no contexto educacional. A adoção dessa inovação é crucial para o êxito acadêmico, funcionando como uma fonte de união do saber e de mudança social.

8.3. A POLÍTICA DE APOIO, ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

São deveres da Secretaria Municipal de Educação do município de Anguera, coordenar, acompanhar e avaliar a qualidade bem como a eficiência do transporte escolar, dando aos alunos condições de acesso e de permanência do educando na rede municipal ao ambiente escolar por meio da oferta de transporte escolar gratuito e de qualidade a todos os estudantes da rede, pois a grande maioria dos alunos que estudam na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus moram na zona rural e dependem exclusivamente do transporte escolar gratuito para ter acesso a escola.

Segundo consta no site do Ministério da Educação:

Para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, o Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mantém dois programas de apoio ao transporte escolar para alunos da educação básica que residem na zona rural. Caminho da Escola que é uma linha crédito concedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. O PNATE e a Transferência automática de recursos aos estados, Distrito Federal e municípios para custear despesas com reforma, seguro, licenciamento, impostos, manutenção e pagamento de serviços contratados com terceiros.

Segundo o que determina no artigo 10 da Lei de Diretrizes e bases da educação (LDB) “Os estados devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, enquanto municípios têm a mesma incumbência com relação às escolas da rede municipal. Essa determinação também está na lei nº 10.709 de 31 de julho de 2003”. O município de Anguera tem ofertado e com qualidade o transporte escolar para conduzir os alunos da zona rural para a nossa instituição.

A escola promove ações voltadas para conhecer a história de vida dos alunos, essas ações se dão através de reuniões ou palestras com os pais ou responsáveis pelo educando. A instituição possui acessibilidade no seu ambiente físico, permitindo o acesso de estudantes independente de sua condição física pois todo o ambiente físico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus é adaptado para receber o Pessoas com deficiência (PCD) em especial cadeirantes.

Para os alunos que possuem condições neurológica (TEA, TDAH) a comunicação com os pais ou responsáveis é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, os pais podem relatar sobre o comportamento diário do filho e os professores podem fazer o mesmo referente ao que acontece na escola, pensando nesse sentido a escola faz o acompanhamento pedagógico e psico-socioemocional dos educando através do atendimento com a psicóloga do município, esse acompanhamento aconteceu no período da pandemia e está acontecendo no período pós pandêmico, sendo realizado mensalmente na própria unidade escolar, garantindo melhorias na aprendizagem dos nossos alunos.

Para garantir a permanência dos alunos na escola um funcionário da unidade escolar vai até a sala de aula todos os dias letivo, no primeiro horário e realiza uma chamada, identificando os alunos que estão presentes e os que faltaram. Após a chamada a escola entra em contato com os pais ou responsáveis para saber o motivo da ausência, esse contato se dá através de ligações, ou presencialmente para os casos dos responsáveis que não possuem telefone, nesse caso um

funcionário vai até a residência do aluno buscar informações realizando Busca Ativa. Para conseguirmos ir até a residência de todos os alunos a instituição conta com um transporte a ser solicitado a Secretaria de Educação que fica a disposição para a realização deste serviço.

Para garantir a permanência dos estudantes a escola estimula estes educandos por meio de palestras, oficinas, debates, distribuição de brindes nas datas comemorativas e até mesmo faz realizações de nines gincanas em períodos sazonais no semestre letivo.

Os princípios que regem a política de Assistência Estudantil (AE), na Escola Maria segue o que é estabelecido no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, s/p), que prevê:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021).

Os princípios estabelecidos pela LDB asseguram que a escola, amparada pela Secretaria Municipal de Educação, possa elaborar políticas internas que garantam a permanência e a frequência dos alunos na escola, bem como a igualdade de direitos, o respeito mútuo à diversidade e as formas de aprendizagem.

Os princípios norteadores para a AE, são assegurados pela Secretaria Municipal de Educação no que diz respeito a abono de recursos para transporte escolar, merenda escolar e recursos físicos da estrutura escolar. Todos os estudantes da Escola Maria Rita, sem distinção étnica, de gênero, religiosa, de sexualidade ou racial tem acesso garantido aos recursos que garantem sua

permanência na escola, bem como à educação ofertada com qualidade asseverada pela Secretaria Municipal de Educação.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, realiza o acompanhamento dos estudantes, conforme seus perfis, de modo a asseverar que quando um aluno enfrentar dificuldades de acesso à escola e à educação, sejam criadas estratégias com vistas a sanar o problema.

No que diz respeito a frequência dos estudantes, é feito acompanhamento individual e com base no número de faltas do estudante e na recorrência com que ocorre, é realizada a chamada Busca Ativa, que consiste na comunicação entre escola e família para compreender o motivo da ausência.

Em casos mais graves, quando o estudante deixa de frequentar a escola por questões que ferem seus direitos enquanto criança/adolescente, é feito o acionamento do Conselho Tutelar, em conjunto com o CRAS, com objetivo de mudar as condições de vida a que este aluno está exposto de modo que tenha seus direitos e liberdade integralmente respeitados.

A frequência escolar também é incentivada por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, a exemplo da ação chamada “Dia D da Frequência Escolar”, que ocorre uma vez ao mês em todas as escolas da Rede Municipal e promove uma acolhida aos estudantes com vistas e incentivar a frequência.

Quanto a garantia da Merenda Escolar, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus disponibiliza aos estudantes o cardápio de refeições que será servido durante todo o mês. O cardápio em questão é elaborado e supervisionado pela Nutricionista responsável pela alimentação escolar do Município de Anguera.

Os recursos alimentícios são enviados pela SEC em quantidade estimada para o público de alunos matriculados na unidade escolar. Do mesmo modo, a SEC disponibiliza, com base na quantidade de estudantes matriculados na Escola e as localidades onde residem, o transporte escolar.

Ademais, a liberdade individual e tolerância e respeito mútuos são temáticas abordadas no cotidiano escolar, seja por meio de intervenções diretas dos professores, funcionários e gestão, seja por meio indireto nas temáticas abordadas nos Componentes Curriculares. Assim, por meio de ações diretas tanto da SEDUC, quanto da escola, os estudantes tem acesso garantido aos princípios que regimentam as políticas de Assistência Estudantil.

8.4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

É importante esclarecer que o Conselho Estadual de Educação - CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação. O Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural aquela que fundamenta-se nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas oriundos das particularidades da população rural.

A Escola Maria Rita Alves de Jesus compõe o grupo de instituições vinculadas ao Município de Anguera/Ba que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista a sua localização na zona rural. Assim, levando em consideração o contexto de Educação do/no Campo concebemos que a Educação do/no Campo vai muito além da localização espacial das instituições de ensino.

A Educação do Campo, é fruto de diversas lutas, as quais resultaram em conquistas importantes que visam as transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do Campo, que buscam transcender a visão limitada do campo como local da produção de alimentos, pois o meio rural abrange também as dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas e outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola, favorecendo assim, o reconhecimento identitário dos estudantes e de seus ancestrais.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando

pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

De tal modo, acreditamos que é preciso levar em consideração a necessidade da inserção de um ensino do/no campo de qualidade capaz de contribuir com o desenvolvimento dos educandos e consequentemente do contexto no qual estão inseridos, visando de fato a formação dos sujeitos do campo aliado a valorização sociocultural e histórica de cada educando que integra o nosso ambiente escolar, respeitando ainda seus espaços, seus tempos e seus saberes construídos ao longo do tempo.

Dessa forma, buscamos colocar em evidência a relevância da valorização dos saberes populares locais, que permeiam a memória da nossa comunidade local. Além disso, colocamos nas rodas de discussões os saberes acumulados historicamente pelos sujeitos do campo, através da realização de pesquisas, entrevistas e apresentações feitas pelos educandos com o intuito de enfatizar e valorizar as histórias de vida dos seus antepassados, produzindo assim o conhecimento de si para que possam consolidar da melhor forma possível sua construção identitária.

Contudo, ainda não conseguimos alcançar verdadeiramente os moldes e as especificidades metodológicas, temporais e avaliativas que configuram de fato a Educação do/no Campo. Porém de forma gradual, mediante a escrita deste PPP, das nossas formações sobre o tema supracitado, sediado pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, bem como a partir das vivências experienciadas no contexto educacional estamos caminhando em direção à uma educação que de fato contribua com a formação integral dos sujeitos do campo, por muito tempo marginalizados e desvalorizado por fatores historicamente arraigados.

Compreendemos que a relação entre os saberes do campo e os processos de ensino e aprendizagem precisam alinhar-se de forma intrínseca, pois a Educação do/no Campo tem o papel de incluir e dar voz aos sujeitos que por muitos anos foram silenciados e colocados à margem pela sociedade elitista e excludente.

A Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos do conhecimento colocados em voga no atual contexto, carecemos de ir além, de

imersão nas dimensões sociais, históricas e culturais dos nossos educandos, para que estes possam se apropriar das suas singularidades e pluralidades com orgulho.

A educação se constitui como elemento fundamental no processo de formação do ser humano enquanto sujeito social, propagadora dos diversos tipos de conhecimento, com vista na resolução de conflitos, aberta ao desconhecido, ao diferente e a valorização dos sujeitos e dos saberes constituídos e ressignificados ao longo do tempo. Desse modo, a educação do campo constitui-se de elementos singulares e plurais que estão para além das dimensões citadas acima, pois, além disso, as instituições e os sujeitos que lhes da forma, carecem não apenas de uma reparação histórica, mas também do reconhecimento enquanto agenciadores do conhecimento cultural, local, histórico e social.

A Educação do Campo surgiu das lutas dos sujeitos do campo com o intuito de romper com alguns paradigmas construídos historicamente através das concepções de ensino provenientes da educação urbana, que ainda permeiam a realidade das escolas nos dias atuais. Assim, nossa escola prega como princípio a valorização dos sujeitos do campo, enfatizando a relevância histórica da sua cultura ao longo do tempo bem como suas contribuições formativas no que concerne à manutenção da vida em sociedade através do trabalho em regime de colaboração.

Tendo em vista a importância das lutas travadas ao longo dos anos e das conquistas até aqui alcançadas primamos pela construção de um currículo pautado na valorização dos saberes locais, na emancipação dos sujeitos do campo, nos aspectos que enaltecem o trabalho do campo na construção de valores e nas particularidades que cercam o universo rural, colocando em voga os elementos que fundamentam.

No artigo 2º do decreto 7.352/2010, a definição dos princípios da educação do campo assegura que: respeito à diversidade do campo em seus aspectos diversos; incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares; desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação; valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos e controle social da qualidade da educação escolar. Diante do que está proposto no artigo citado, percebe-se as proposições defendidas pelos movimentos sociais sendo contempladas na lei.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022, p. 39),

prega que:

O princípio da Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica deve ser específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento das diversas áreas de ensino. Sendo assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil de cada educando, levando em consideração suas vivências e seu contexto histórico.

Seguindo esse princípio, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, já aplica algumas atividades teóricas e práticas com a temática do campo, porém a partir da reformulação do nosso projeto político-pedagógico, percebemos a necessidade de ampliar e adequar nossa prática educativa à realidade do campo, tanto através da adoção de metodologias próprias para o espaço rural quanto através das questões formacionais que carecem nossos docentes para que possam repensar suas práticas metodológicas.

Além disso, nosso trabalho fundamenta-se no respeito, na valorização dos indivíduos do campo, com o objetivo de qualificá-los enquanto ser humanos atuantes do seu contexto social com o intuito de abranger a comunidade em torno da escola, pois acreditamos que a educação transcende o ambiente escolar.

Diante do que está determinado desde a criação da modalidade de Educação do Campo, voltada para os indivíduos do campo, sabemos da necessidade de termos profissionais com um perfil que atenda as demandas e as dimensões dos processos que envolvem a Educação do Campo, sendo assim, um dos nossos objetivos presentes em nosso plano de ação pretende garantir a preparação para todos aqueles que estão envolvidos na formação dos nossos estudantes, desde o agente de portaria, auxiliares de serviços gerais, agentes de merenda escolar, até os nossos professores.

Por isso, pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (2015, p. 2) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

- I - Compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;
- II - Respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;
- III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;

IV - Reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;

V - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

VI - Valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;

VII - Flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e

VIII - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola.

Obedecendo o que determina o decreto, a nossa Instituição ao entender que cada estudante é um ser único com suas particularidades, busca por meio de nossas práticas pedagógicas respeitar as diversidades, sejam elas, políticas, religiosas, racial, social, entre outras. A partir da reformulação do Projeto Político-Pedagógico e da construção do nosso plano de ação, visamos promover diálogos e elaborar projetos de conscientização de respeito às diferenças, bem como estimular nosso corpo docente a trabalharem a temática em suas aulas.

Nossas atividades começarão a serem repensadas para atender as especificidades da Educação do/no Campo, como determina as diretrizes próprias dessa modalidade, para que em consonância com a Base Nacional da Educação, nossos estudantes consigam, a partir de suas experiências, desenvolver-se social, e economicamente e com base na promoção de políticas de formação profissional, prepara-los para o mercado de trabalho considerando as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo.

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a educação do campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, realizamos, reuniões, encontros formativos, leituras compartilhadas, seminários dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos da nossa instituição ao longo da nossa inserção no ambiente escolar, colocando em voga as especificidades dos nossos educandos, os saberes local, a cultura, sem deixar à margem os objetos

do conhecimento de cada componente curricular bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Desse modo, ao discutir as metodologias de ensino da educação do Campo da nossa escola, buscamos trilhar caminho que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvemos ainda metodologias próprias da nossa instituição a partir do convívio com a comunidade externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

8.5. A POLÍTICA DAS RELAÇÕES ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/ COMUNIDADE

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus entende que a participação da família é essencial para o êxito do processo educativo. Nesse sentido, adota diversas estratégias que visam aproximar os pais e responsáveis do cotidiano escolar, tais como:

- Reuniões Pedagógicas Periódicas: realizadas em cada etapa letiva, por Tuma, com o objetivo de apresentar resultados, discutir avanços, dificuldades e estratégias de recomposição da aprendizagem.
- Pré-Conselhos de Classe: espaço em que professores, gestores, estudantes e responsáveis refletem sobre o desempenho escolar, construindo ações coletivas para superação de dificuldades.
- Convocação Individualizada: encontros específicos com famílias, sempre que necessário, para acompanhamento personalizado da trajetória escolar dos estudantes.
- Eventos Pedagógicos e Culturais: solenidades incorporadas ao calendário letivo, apresentações dentro do projeto de leitura, exposições, encerramento junino, mobilização para os jogos escolares, feira de conhecimento, mostras culturais diversificados, que convidam as famílias a participarem ativamente.

Uso de canais de comunicação: por meio de bilhetes, telefonemas, grupos de mensagens e redes sociais institucionais, fortalecendo a comunicação ágil e acessível.

A proposta de interação escola x família está baseada nos princípios norteadores de uma educação de qualidade, como um direito fundamental para todas as pessoas.

A família tem papel importante na construção do caráter e da personalidade do indivíduo. Pois, é no ambiente familiar que as crianças encontram seu primeiro contato com outro indivíduo, onde aprende as noções de afeto, solidariedade e respeito entre dois ou mais indivíduos. Desse ambiente o indivíduo, ainda extrai importantes princípios e valores éticos e morais.

Em relação à interação da escola com a comunidade, dar-se por meio de uma proposta educativa pautada na gestão democrática e participativa, conforme assegura o Regimento Escolar Unificado. Na prática, esse vínculo é fortalecido por meio de:

- Projetos integradores que envolvem agricultores familiares, agentes de saúde, igrejas e organizações locais, valorizando os saberes e práticas do campo;
- Programa Escola Aberta à Comunidade, em que os espaços da escola, como quadra poliesportiva, horta e rádio escolar, são disponibilizados para atividades sociais, esportivas e culturais;
- Participação no Conselho Escolar, que inclui representantes da comunidade local e familiares, garantindo a corresponsabilidade na tomada de decisões;
- Parcerias institucionais com universidades, museus, cooperativas e demais órgãos públicos e privados, que ampliam oportunidades de aprendizagem e fortalecem a função social da escola;
- Ações comemorativas e de mobilização social, como Semana do Meio Ambiente, Dia de Quem Cuida de Mim, Feira do Conhecimento e outras, que estreitam laços de pertencimento e identidade cultural;

Assim, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus se consolida como um espaço educativo e comunitário, que valoriza a participação efetiva das famílias e da comunidade local, em consonância com o princípio constitucional de que a educação é dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade.

A parceria família/escola/comunidade é um dos ingredientes fundamentais para o bom funcionamento da unidade escolar, assim a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus busca envolver os pais ou responsáveis, incluindo-os nos processos de tomada de decisões da unidade escolar, assegurando a participação dos mesmos, visando a transformação da escola num ambiente democrático.

Ressalta-se que o Conselho Escolar da EMMRAJ conta com a representação da comunidade local. Outro ponto forte é o fato do time de futebol da escola, um projeto permanente, recebe motivação e incentivo da comunidade local.

9. FORMAÇÃO CONTINUADA EM ATIVIDADE

A formação continuada na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus contempla o corpo docente e se estende também aos demais profissionais da escola: equipe gestora, agentes de leitura, técnicos administrativos, equipe de apoio e de serviços gerais, por meio de reuniões específicas, oficinas e capacitações organizadas tanto internamente quanto pela Secretaria Municipal de Educação.

Essas formações buscam qualificar o trabalho coletivo, fortalecer a integração entre os setores e assegurar que todos compreendam sua função educativa no processo escolar. Entre os temas abordados estão: gestão democrática, ética no serviço público, saúde e segurança no ambiente escolar, atendimento ao público, uso de tecnologias e práticas de cuidado com os espaços escolares.

Dessa forma, a formação em serviço promove não apenas o aperfeiçoamento técnico, mas também a valorização do papel de cada segmento na construção de uma escola de qualidade social.

Em relação ao corpo docente, o marco da formação continuada em atividade são os ACs – Atividades Complementares.

9.1. CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Devemos pensar a “formação continuada” como um processo constante de aperfeiçoamento e aprendizagem do professor/educador, aprimorando seus saberes, tornando-o capaz de oferecer a qualidade de ensino esperada. A formação continuada dos servidores da educação sempre foi assunto importante no contexto educacional, ganhando, porém, mais visibilidade após a formulação da BNCC.

A Base, como se sabe, é um documento com força de lei, formulado com o objetivo de servir de referência para as redes de ensino e escolas de todo o país elaborarem seus currículos. Ela se estrutura a partir de um conjunto de competências e habilidades que se espera que os estudantes desenvolvam ao longo da educação básica, estando diretamente ligada as práticas e metodologias de ensino dos professores. Por isso, a necessidade de renovação e formação continuada dos professores.

Para Imbernón (2010, p. 47):

A formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seu esquema de funcionamento, suas atitudes, estabelecendo de forma firme, um processo constante de autoavaliação do que se faz e porque se faz. [...] Trata-se de abandonar o conceito tradicional de que a formação continuada de professores é a atualização científica, didática e psicopedagógica, que pode ser recebida mediante certificados de estudo ou de participação em cursos de instituições superiores, de sujeitos ignorantes, em benefício da forte crença de que esta formação continuada deva gerar modalidades que ajudem os professores a descobrir sua teoria, a organizá-la, a fundamentá-la, a revisá-la e a destruí-la ou construí-la de novo.

9.2. PROFISSIONAIS DE APOIO DA ESCOLA: TODOS SÃO EDUCADORES

Entendendo a importância de todos os profissionais na rotina escolar, a formação continuada é também destinada aos demais integrantes da equipe: gestores escolares, técnicos administrativos, agentes de leitura, equipe de apoio e colaboradores dos serviços gerais. A qualificação desses profissionais ocorre por meio de reuniões específicas, workshops temáticos e capacitações organizadas tanto pela escola quanto pela Secretaria Municipal de Educação.

Esses encontros buscam fortalecer o trabalho coletivo, ampliar a integração entre setores e garantir que todos atuem com excelência em suas funções educacionais. Entre os temas abordados estão gestão democrática e participativa, ética no serviço público, saúde e segurança no ambiente escolar, atendimento humanizado, uso consciente de tecnologias e conservação dos espaços escolares.

Com essa abordagem ampliada, a formação em serviço transcende o aspecto técnico-operacional e promove o reconhecimento do papel fundamental de cada profissional na construção de uma escola inclusiva, equitativa e dedicada à qualidade social da educação.

9.3. DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM ATIVIDADE

Na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, há por parte dos professores a constante reflexão das suas práticas pedagógicas, percebemos nos momentos de AC, onde as experiências são compartilhadas e a partir daí novas estratégias e práticas pedagógicas são traçadas para o melhor desempenho da escola. São

nesses momentos que surgem as ideias, projetos e outras atividades que visam o melhor aprendizado de nossos alunos e são nesses momentos que percebemos a importância de estar em constante formação.

A ideia de formação continuada entrou em evidência no Brasil principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que na orientação de uma política para o magistério, busca a valorização do profissional da educação escolar.

Nesse sentido, os princípios que norteiam a formação continuada em nossa instituição de ensino residem não só nos aspectos que dizem respeito ao aperfeiçoamento dos nossos profissionais mais também na melhoria da qualidade do ensino ofertado em nosso município e consequentemente no desenvolvimento educacional de cada educando.

Além de promover a valorização dos nossos profissionais, desde o reconhecimento da importância do seu papel social na fundamentação e na constituição da instituição, escola, em parcerias com os nossos alunos, até as melhorias das condições de trabalho e de remuneração.

Levando em consideração a LDB orientações a nossa escola entende que a formação continuada deve ser baseada nos princípios do agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Durante o processo de elaboração/reelaboração do PPP, percebemos a ausência do tema Formação Continuada no documento anterior, porém é algo que está presente no Plano de Ação para ser desenvolvido na escola. Na Escola Maria Rita os professores possuem autonomia para buscar meios de aprimorar suas práticas pedagógicas através das formações continuadas, sejam elas ofertadas pela Secretaria De Educação ou de forma particular.

Em nossa Escola os professores entendem a importância de estar em constante evolução, por isso se coloca como sujeito de sua própria formação à medida que busca novas formações e a reelaboração de suas próprias práticas pedagógicas.

Daí a importância da formação continuada de professores para que possam estar preparados não só para receber, mais também para oferecer uma

educação que atenda às necessidades individuais desses educandos e promova a construção de aprendizagens. (ANGUERA, 2022, p. 34).

A escola por sua vez vê a formação continuada de professores como uma forma de garantir mais qualidade no ensino e melhores condições de trabalho para os docentes. É um meio de mostrar para a comunidade escolar que a instituição se preocupa com o futuro dos alunos e valoriza seus profissionais. As políticas de formação continuada têm um papel fundamental na organização do curricular e nas reflexões sobre a prática docente ao passo que possibilita o diálogo entre a gestão e os docentes. A partir daí podemos perceber as necessidades da equipe docente por meio do diálogo, da troca de ideias, da construção de projetos entre outras ações que buscam sanar os problemas de sala de aula.

As Diretrizes Operacionais da Educação do Campo também garantem o desenvolvimento de políticas de formação dos profissionais que atuam na modalidade de Educação do Campo de forma que:

A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo.

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

(DECRETO 7.352 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010).

Contemplando o que está previsto nessas diretrizes, no ano de 2018 nossos professores participaram de um curso de formação continuada ofertada pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) voltada para professores do Ensino Fundamental e Médio das Secretarias Municipais de Educação do Estado da Bahia.

A partir dos pontos discutidos nesse curso, nossos professores puderam conhecer as concepções; aprender sobre as bases legais da Política Nacional de Educação do Campo bem como compreender os conteúdos fundamentais para a Educação Básica do Campo na relação com os Princípios da Agroecologia.

Aqui no Maria Rita buscamos estabelecer um constante diálogo entre os princípios que definem o PPP, citados anteriormente e a equipe escolar. Prezamos pela valorização profissional, pela autonomia e principalmente pela gestão democrática. Buscamos sempre envolver os sujeitos que compõem nossa equipe escolar.

10. PROJETOS DE EXTENSÃO ESCOLAR

A Escola Municipal Maria Alves de Jesus se propõe a desenvolver projetos de extensão com ações voltadas à comunidade. Tais ações se caracterizam por prestação de utilidade pública e serviços, com a participação de professores, estudantes e outros profissionais de apoio.

Neste contexto, estão inseridos cursos comunitários, estudos e pesquisas de interesse da comunidade, articulação de serviços de áreas diversificadas, parcerias para coleta seletiva e reciclagem, entre outras ações.

Tais programações contribuem com o propósito de estreitar os laços entre o ambiente escolar e a realidade social, transformando a escola em um centro de referência e apoio mútuo. Ao abrir suas portas para a comunidade, a **Escola Municipal Maria Alves de Jesus** não apenas compartilha conhecimento técnico, mas também fomenta o protagonismo cidadão. A escola é uma instituição também social e acolhedora, além de educativa e formativa.

A promoção destas ações pode acontecer não apenas no espaço escolar, mas também em espaços da comunidade e de forma itinerante.

A extensão escolar se consolida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando uma relação transformadora entre a escola e a sociedade. O estudante participante de projetos desta natureza estará desenvolvendo competências voltadas para a vida, para os desafios da sociedade e do mundo.

11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

Sabemos que o Projeto Político Pedagógico é o coração da escola, documento que norteia toda a prática pedagógica da instituição, e assim como afirma Veiga (2013, p. 12), não é algo que após construído será arquivado ou enviado para a secretaria de educação como prova do cumprimento de tarefas burocráticas, sendo algo vivo que “vai muito além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas”.

Por se tratar de um documento que tem como objetivo orientar as práticas pedagógicas exercidas na escola, é essencial que haja uma avaliação coletiva do mesmo periodicamente. Nós da Escola Maria Rita, entendemos que esse processo de avaliação deve ser pautado inicialmente na escuta, e por isso vê a necessidade da participação de toda a comunidade escolar, e a partir desse processo, (re)avaliar tudo o que está proposto em nosso Projeto Político Pedagógico.

Sendo assim, a partir da avaliação do nosso documento, toda a comunidade escolar poderá, a partir do seu conhecimento prévio acerca da realidade vivenciada na escola, analisar e identificar pontos que precisam ser modificados e sugerir ações a serem implementadas para o aperfeiçoamento das atividades pedagógicas e administrativas que, até então, não estão contempladas no documento.

Entendemos que a avaliação envolve a escuta tornando necessária a participação de toda a comunidade escolar, e com isso a nossa instituição fará a avaliação de forma coletiva considerando as metas, as ações e os princípios presentes em nosso plano de ação e no próprio Projeto Político-Pedagógico. O PPP é um documento que está em constante mudança se adaptando às novas realidades do público que a escola atende.

11.1. A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP NA ESCOLA

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, representa muito mais do que um simples documento, pois o mesmo norteia e viabiliza a escola democrática inserindo toda a comunidade escolar na tomada de decisões, com autonomia e qualidade social.

As diretrizes para implementação do processo deste documento se constituirão através do consenso entre nossa equipe escolar, que determinou as seguintes normas de cumprimento e verificação dos resultados obtidos a cada ano:

I. Logo após o início do ano letivo de 2026, será discutido em cada AC elementos que fundamentem a introdução dos novos projetos em nossa prática pedagógica;

II. Serão propostos momentos de estudos aprofundado do nosso PPP, para que todos tenham conhecimento acerca das novas demandas que fundamentarão o nosso trabalho futuro;

III. Nos momentos de estudos, será feita a distribuição dos projetos por etapa, cada projeto será articulado em conformidade com as demandas e estágio de desenvolvimento de cada turma;

IV. Será distribuído um cronograma anual, com os temas e projetos, divididos por área do conhecimento e por etapa, com o intuito de informar aos alunos e aos pais/responsáveis sobre os projetos que serão desenvolvidos durante cada ano letivo, assim os mesmos terão conhecimento acerca dos projetos presente em nosso PPP e poderão acompanhar a implementação dos mesmos;

V. Após a inserção dos novos projetos, faremos reuniões internas para compartilharmos as experiências e fazer uma verificação dos objetivos alcançados e das possíveis mudanças, caso seja necessário, para validar a aplicação e funcionalidade dos nossos projetos;

VI. Ampliar a articulação com as famílias e a comunidade local, criando processos de integração da sociedade às demandas da escola, promovendo o conhecimento acerca da funcionalidade do documento em questão e o acompanhamento no processo de implementação e avaliação;

VII. Incentivar a participação/observação dos nossos estudantes na verificação da implementação do PPP, através de roda de conversas para termos uma estatística da percepção dos mesmos em relação aos nossos projetos e práticas pedagógicas;

VIII. Após o fim de cada etapa letiva, será realizada uma reunião geral, na qual serão distribuídos questionários avaliativos sobre a implementação do nosso PPP, para que possamos ter uma avaliação institucional interna que qualifique a implementação e a funcionalidade do referido documento.

A equipe gestora e todo corpo docente da nossa escola, serão responsáveis pela implementação do Projeto Político-Pedagógico, e como dito anteriormente, por se tratar de um documento que atende ao interesse de todos os que vivem a escola

diariamente, todos devem se apropriar dele para que seja implementado de forma democrática.

A Implementação do PPP em nossa unidade escolar, se dará de forma imediata após a apresentação do documento em audiência pública. Será feita a apresentação do documento para toda comunidade escolar, os quais participaram de sua construção a partir do preenchimento dos questionários e serão também convidados a participarem ativamente de todo o processo de implementação do Projeto Político Pedagógico.

A implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus exige um conjunto de ações sistemáticas, voltadas para que o documento seja não apenas conhecido, mas efetivamente praticado por todos os segmentos da comunidade escolar.

As principais ações a serem desenvolvidas são:

1. **Socialização do documento:** apresentação do PPP em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, assembleias escolares e encontros com pais e responsáveis, de forma a garantir que todos compreendam sua função orientadora.

2. **Estudos coletivos e formações internas:** realização de momentos de estudo durante as Atividades Complementares (AC's), com foco nos princípios, objetivos e diretrizes do PPP, promovendo a apropriação do documento pelos professores e demais profissionais.

3. **Integração ao planejamento pedagógico:** utilização do PPP como referência obrigatória na elaboração dos planos de ação, planos de curso e planos de aula, assegurando a coerência entre prática docente e diretrizes institucionais.

4. **Envolvimento da comunidade escolar:** promoção de assembleias, fóruns e projetos que permitam a participação ativa de pais, estudantes e comunidade na vivência das ações previstas no PPP, em consonância com a gestão democrática.

5. **Monitoramento e avaliação contínua:** acompanhamento periódico das ações previstas, com relatórios e registros produzidos pela coordenação pedagógica e pela direção, possibilitando ajustes e melhorias no processo de implementação.

6. **Divulgação acessível:** disponibilização do PPP em formato impresso e digital na escola, em linguagem clara, para que toda a comunidade possa consultá-lo.

7. **Integração aos projetos estruturantes da rede:** articulação entre as ações do PPP e os projetos municipais, como a Política de Educação em Tempo

Integral, o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) e as Diretrizes de Avaliação da Aprendizagem, fortalecendo a identidade da rede e a prática pedagógica local.

Dessa forma, a implementação do PPP deixa de ser uma obrigação formal e passa a constituir-se em um processo pedagógico vivo, participativo e democrático, garantindo que a escola atue com clareza em seus objetivos e com unidade em suas práticas, fortalecendo a identidade institucional e assegurando o direito à educação de qualidade social para todos.

As ações elencadas no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus que serão implementadas gradativamente no decorrer do ano letivo da seguinte forma:

- I. O PPP está de fato sendo vivenciado na prática?
- II. Qual o nível de envolvimento de participação dos docentes no processo de implementação e avaliação do PPP?
- III. As metas traçadas foram alcançadas com base no esperado?
- IV. Caso as metas não tenham sido atingidas com êxito, quais foram os empecilhos? Quais caminhos devem ser trilhados para sanar tais problemas?
- V. Qual o nível de envolvimento da comunidade escolar nos mais diferentes aspectos de implementação e avaliação do nosso PPP?
- VI. Serão elencadas e avaliadas todas as sugestões referentes as ideias que surgirem nos momentos de estudos para avaliarmos de forma democráticas as melhores estratégias práticas dos novos projetos e do remodelando dos projeto já existentes, buscando a inovação dos mesmos;
- VII. Caso seja constatado algum déficit, será feito um debate para que os docentes e coordenadores exponham suas experiências e opiniões, articulando-as às possíveis soluções.

Estes pontos serão discutidos e analisados no final do primeiro e do último semestre em reuniões realizadas pela gestão da escola e a coordenação pedagógica junto à comunidade escolar.

11.2. O PPP E A REALIDADE DA ESCOLA

Durante todo o processo de reelaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico, nos deparamos com muitos desafios que vão desde a coleta de dados até a efetivação da escrita. Ao longo de toda caminhada, buscamos refletir sobre as

especificidades do nosso público, para assim readequar o documento já existente na escola às novas necessidades.

Inicialmente, participamos de algumas formações fomentadas pela Secretaria Municipal de Educação junto ao comitê Local que foram de fundamental importância, pois essas formações nos orientaram sobre o processo de formalização e execução do trabalho.

Para fundamentar a escrita do nosso PPP utilizamos os documentos referencias como: BNCC (2017), DCRB (2020), DCRM (2022), LDB. Entre outros além dos teóricos que discorrem sobre os assuntos mais gerais referentes aos fazeres educativos como Libânio (1994); Veiga (1997 / 2007), Caldart (2012), além de outros intelectuais da Educação, a exemplo de Freire (que serviram de base para a construção de diversos pontos específicos deste documento.

A primeira etapa de construção se deu com a apresentação e conscientização da comunidade escolar sobre a importância desse documento que reúne propostas e define ações que visam o aprimoramento pedagógico e administrativo da nossa escola, enfatizamos ainda que para haver um resultado exitoso é importante a participação de todos nesse processo.

Após esta etapa de conscientização, foram aplicados questionários a todos que compõem a nossa comunidade escolar cujo resultados nos ajudou na análise qualitativa acerca da visão de cada um sobre a escola, caracterizando uma etapa importante na reelaboração do nosso documento.

O ponto mais problemático na aplicação dos questionários veio por parte das coordenações pedagógicas, deparamo-nos com a resistência de alguns, pois estavam com muitas demandas relacionadas ao pedagógico alegando ter tido um curto espaço de tempo para responder, mas apesar da resistência todos responderam dentro do prazo determinado.

Escolhemos tais métodos, pois acreditamos que a qualidade do ensino e da aprendizagem se dão por ambas as vertentes (qualitativo e quantitativo), assim através da aplicação dos questionários fizemos tanto um levantamento de dados sobre o perfil identitários que compõem a nossa escola quanto a quantificação de alguns índices socioeconômico.

11.3. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PPP

É importante salientar que o processo de acompanhamento e monitoramento

do Projeto Político Pedagógico inicia desde o momento de criação desse documento, pois durante todo o percurso de pesquisa, escrita, leitura, revisão, formatação e discussão, estão sendo avaliadas as práticas pedagógicas e administrativas.

A avaliação do que está posto no documento deve ser constante, a partir da observação das práticas realizadas na escola, reflexão sobre os dados presentes no documento.

Por sua vez, as necessidades práticas evidenciadas serão postas no Plano de Ação, uma construção independente, mas complementar a este PPP.

O principal objetivo do monitoramento é levantar informações acerca das ações praticadas, pois o PPP deve ser visto como um instrumento norteador das práticas cotidianas.

O acompanhamento feito pelo Conselho Escolar nesse processo também será de vital importância, visto que é um órgão de representação junto à comunidade. Além disso, ao final de cada ano letivo, serão analisadas as propostas de trabalhos presentes no Projeto Político Pedagógico e no plano de ação em vigor, sendo revisitado todo o processo educativo.

11.4. A INTERAÇÃO ENTRE O PPP E O REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus pauta sua prática pedagógica e administrativa em consonância com o Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino de Anguera (2024). Diversos artigos desse documento orientador são vivenciados no cotidiano escolar, resultando em avanços significativos no processo educativo e no fortalecimento da gestão democrática.

Assim, a implementação deste PPP no ambiente escolar tende a caminhar em paralelo com a vivência das normas vigentes no Regimento Escolar Unificado.

A prática deste PPP alinhada ao Regimento Escolar torna-se uma forte relação institucional que fortalece a identidade da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, como espaço de aprendizagem, cidadania e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da Escola Maria Rita Alves de Jesus se constitui numa iniciativa coletiva de compromisso com a educação dos alunos e comunidade escolar, levando em conta a trajetória da comunidade escolar, a sua história e cultura, para garantir um percurso formativo de sucesso aos estudantes e também para cumprir o seu papel socioeducativo.

Assim, constitui-se num processo de vivência democrática, uma vez que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam dele, assumindo o compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas que a instituição escolar necessita fazer, permitindo potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com uma escola pública de qualidade.

Considerando o que foi descrito anteriormente, pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico é um documento de grande importância, uma vez que ele baseia o trabalho coletivo em todos os segmentos, portanto deve ser visto e revisto com frequência. Contudo, é preciso deixar claro que esta é uma proposta de trabalho flexível, não estática. É um documento que precisa ser avaliado sempre que necessário levando em consideração os processos educacionais, pois estes são complexos e sempre haverá novos desdobramentos a desenvolver.

Espera-se que as orientações apresentadas neste PPP contribuam para a construção da autonomia da escola e a formação humanística e política dos seus sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ANGUERA. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Anguera, 2022.

BRASIL. **ARTIGO 2 – LEI DE DIRETRIZES DE BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL/1996**. Disponível em: <<https://modeloinicial.com.br/lei/L-9394-1996/lei-diretrizes-bases-educacao-nacional/art-2>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental**. (v. 01). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 79, p. 1, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação: Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação: Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

CALDART, R. S. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo:** notas para uma análise de percurso. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura.** In: _____. **Vários escritos.** 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

EVANGELISTA, I. A. S. **Planejamento Educacional:** Concepções e fundamentos. Perspectiva Amazônica, Santarém, PA, Ano I, v. 2, p. 54-67, 2011.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da Educação:** Atuais Tendências Novos Desafios. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FORTUNA, T. R. **A formação lúdica e docente e a universidade.** 2011. Tese de doutorado. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35091/000793590.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 2006

FREIRE, P. **A Educação é um ato político.** In: Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24, p. 21-22. 1991.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 2014.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

JACOBI, Pedro; MONTEIRO, Andrea. Educação para a sustentabilidade no contexto da Agenda 2030. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 1163–1180, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão de escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, E. S. **Avaliação na Escola.** São Paulo, SP: Sobradinho 107 Ltda ME, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e movimentos sociais:** a construção de uma cidadania ambiental crítica. São Paulo: Cortez, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo.** In: _____. Avaliação da aprendizagem escolar. 7ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NARCIZO, K. R. dos S. **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande do Norte, v. 22, p. 86-94, jan.-jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2807/1583>. Acesso em: 11 ago. 2022.

NÓVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** Lisboa: 2013. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

OLIVEIRA, T. **Avaliação institucional.** Curitiba: SEED-Paraná, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 06 jul. 2025.

PARO, V. H. **Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In Bastos, Joao Baptista (org.) Gestão democrática, Ed. DP & A, 3ª edição, 1997.

SACRISTAN, J. G. e PÉREZ, G. A. I. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível.** Campinas, SP: Papirus, 1997.